

SUMÁRIO

Apresentação	2
Aquecedor solar de baixo custo em atividade de educação ambiental: estudo de caso em Jundiáí-SP	
<i>Valéria Aparecida Fernandes, Isabela Cristina Alves Goulart e André Luiz da Conceição</i>	4
Implantação e análise da viabilidade de um sistema de gerenciamento de resíduos em oficina mecânica no município de Vargem-SC	
<i>Renata Moraes Santos e André Luiz da Conceição</i>	20
Perífrases com gerúndio e com infinitivo preposicionado: revisitando um dos aspectos da hipótese conservadora da formação do PB	
<i>Lelia Alves de Oliveira</i>	41
Olhares críticos a <i>Iaiá Garcia</i>, de Machado de Assis	
<i>Raquel Andrade Machado</i>	66
A força da tradução e sua influência no Brasil Colônia	
<i>Bruno Pereira dos Santos</i>	78

APRESENTAÇÃO

Este número da Revista Argumento traz cinco artigos que dão forma à diversidade temática que a publicação prima por abranger, aliada ao propósito de oferecer aos leitores conteúdo relevante, que estimule a reflexão. A necessidade de que o progresso material e o bem-estar da humanidade sejam ambientalmente sustentáveis é o mote de dois trabalhos de pesquisa cujos resultados são apresentados e discutidos. A ciência da linguagem comparece em um estudo diatópico e diacrônico sobre aspectos da formação e da evolução da língua portuguesa na Europa e em seu transplante e fixação no Brasil. Os estudos literários são contemplados em trabalho de revisão da fortuna crítica de um romance de Machado de Assis. Finalizando a edição, estudos de história, língua e literatura convergem na discussão da influência das traduções do Pe. José de Anchieta sobre a cultura brasileira desde a colonização do território pelos portugueses.

Abre este número o artigo **Aquecedor solar de baixo custo em atividade de educação ambiental: estudo de caso em Jundiaí-SP**, no qual Valéria Aparecida Fernandes, Isabela Cristina Alves Goulart e André Luiz da Conceição discutem a viabilidade educacional da implantação de um modelo experimental de aquecedor solar de baixo custo em uma instituição de ensino, a fim de incrementar as atividades de educação ambiental nela desenvolvidas. Os autores propuseram e acompanharam a construção do modelo e a realização de uma atividade didático-pedagógica com crianças de quatro a seis anos, na qual se registraram os resultados positivos esperados.

No artigo **Implantação e análise da viabilidade de um sistema de gerenciamento de resíduos em oficina mecânica no município de Vargem-SC**, Renata Moraes Santos e André Luiz da Conceição relatam o processo de implantação de um SGR e discutem sua necessidade e viabilidade, considerando o contexto de implantação, os impactos negativos decorrentes do

descarte incorreto dos resíduos sólidos e líquidos do empreendimento e disposições legais e normativas.

Lelia Alves de Oliveira é autora do artigo seguinte, **Perífrases com gerúndio e com infinitivo preposicionado: revisitando um dos aspectos da hipótese conservadora da formação do PB**, no qual apresenta o resultado de extensa pesquisa de textos autênticos e não literários produzidos entre os séculos XVI e XX em Portugal e entre os séculos XVIII e XX no Brasil, alcançando a confirmação do pressuposto da hipótese conservadora de formação do português brasileiro tomado para análise.

Na sequência, o artigo **Olhares críticos a Iaiá Garcia, de Machado de Assis** traz o estudo de recortes da fortuna crítica do quarto romance do escritor brasileiro, publicado originalmente em 1878. A autora, Raquel Andrade Machado, refaz esse percurso, apontando os aspectos considerados pela crítica ao longo do tempo, observando a transição de uma crítica mais fixada em aspectos externos à obra para a análise de seus traços constitutivos.

Fechando este número, Bruno Pereira dos Santos, no artigo **A força da tradução e sua influência no Brasil Colônia**, discute a permanência na cultura brasileira de elementos que remontam ao período da colonização do território pelos portugueses, destacando o trabalho de tradução realizado pelo padre jesuíta José de Anchieta, que aprendeu a língua dos nativos para transpor conceitos e catequizá-los mais efetivamente.

Objetivando que este número da Revista Argumento, como os anteriores, possa favorecer os processos informativo e formativo de seus leitores, desejamos a todos uma excelente experiência de leitura!

Isabel Cristina Alvares de Souza
Coordenadora e editora

AQUECEDOR SOLAR DE BAIXO CUSTO EM ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL: ESTUDO DE CASO EM JUNDIAÍ-SP

Valéria Aparecida Fernandes¹

Isabela Cristina Alves Goulart²

André Luiz da Conceição³

Resumo

A educação ambiental deve ser trabalhada desde as séries iniciais da educação básica, a fim de enraizar conceitos que se transformarão em ações no decorrer da aprendizagem, sendo de suma importância para a interdisciplinaridade e a experimentação. Dessa forma, o objetivo geral deste estudo foi analisar a viabilidade educacional de um modelo experimental de aquecedor solar de baixo custo construído em uma instituição de ensino localizada no município de Jundiaí-SP. Foi realizada uma atividade didático-pedagógica de educação ambiental com grupos de alunos entre quatro e seis anos de idade, relacionando o modelo experimental do aquecedor solar com temas relativos ao consumo consciente de recursos hídricos e às fontes alternativas de energia para aquecimento da água. A atividade proposta contou com o envolvimento e participação dos alunos, contribuindo para estimular a conscientização ambiental dos estudantes em relação à problemática da escassez e qualidade da água no mundo, bem como sobre a energia solar como importante alternativa energética.

Palavras-chave: Aquecedor solar de baixo custo. Educação ambiental. Água. Energia solar.

Abstract

Environmental education must be present since the initial grades of basic education to foster concepts that will transform into actions during the learning process, being of paramount importance for interdisciplinary education and experimentation. Accordingly, the general goal of this study was to analyze the educational feasibility of an experimental model of low-cost solar heater built in a teaching institution located in the municipality of Jundiaí-SP. A didactic-pedagogical activity of environmental education was carried out with groups of students between 4 and 6 years of age, relating the experimental model of the solar heater with themes connected to the conscious consumption of water resources and the alternative sources of energy for water heating. The proposed activity had the involvement and participation of the students, contributing to stimulate students' environmental awareness regarding the problems of water scarcity and quality in the world, as well as solar energy as an important alternative source of energy.

Keywords: Low-cost solar heater. Environmental education. Water. Solar energy.

¹ Graduanda em Engenharia Ambiental e Sanitária pelo Centro Universitário Padre Anchieta (UniAnchieta). Graduada em Fisioterapia pela Universidade Cruzeiro do Sul, especialista em Fisioterapia do Trabalho pelo Colégio Brasileiro de Estudos Sistêmicos (CBES). E-mail: valeria.pericias@gmail.com.

² Graduanda em Engenharia Ambiental e Sanitária pelo Centro Universitário Padre Anchieta (UniAnchieta). E-mail: isabela.agoulart@hotmail.com.

³ Doutor e mestre em Planejamento de Sistemas Energéticos pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), graduado e especialista em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), docente e pesquisador do Centro Paula Souza (CPS) e do Centro Universitário Padre Anchieta (UniAnchieta). E-mail: andre.conceicao@anchieta.br.

1 INTRODUÇÃO

1.1 O meio ambiente e a escola

Os problemas socioeconômicos e ambientais da sociedade atual alertam para a necessidade de mudanças no paradigma de desenvolvimento, de forma que ocorra a transição para um modelo que valorize as esquecidas e/ou negligenciadas variáveis ambientais.

Nesse contexto, o crescimento populacional é cada vez mais intenso, e a tecnologia vem se desenvolvendo cada vez mais; em função disso, aumenta-se a exploração dos recursos naturais, assim como a produção de resíduos, que comprometem o equilíbrio ecológico. Associado a isso, o atual modelo de desenvolvimento econômico e tecnológico da sociedade capitalista urbano-industrial tem causado crescente impacto sobre o meio ambiente (SANTOS, 2009).

Em razão desse crescente impacto ambiental, o homem passa a sofrer consequências de suas próprias ações, como o esgotamento dos recursos hídricos, a poluição do ar, água e solo, trazendo diversas doenças, segregação socioespacial e a crescente violência nos centros urbanos (SANTOS, 2009). Nesse sentido, é necessário integrar os recursos naturais na análise dos problemas enfrentados pela sociedade atual, uma vez que tais recursos são limitados e fundamentais para a conservação da vida (PENNEREIRO; FERREIRA; LEITE, 2010).

Para que ocorra a conscientização do impacto causado ao meio ambiente e, primordialmente, para que a responsabilidade de cada indivíduo seja ressaltada e compartilhada, um processo educativo significativo e contextualizado é essencial (PENNEREIRO; FERREIRA; LEITE, 2010). Dessa forma, a educação ambiental passa a ser uma das ferramentas que possui como finalidade sensibilizar os cidadãos sobre o seu papel na sociedade e a importância da conservação dos recursos (SANTOS, 2009).

Segundo Dias (2004), a educação ambiental deve favorecer os processos que permitam que os indivíduos e os grupos sociais ampliem a sua percepção e internalizem, conscientemente, a necessidade de mudanças.

Sendo assim, a educação ambiental surge como disciplina construída da cidadania, indicando que a sociedade é responsável pela qualidade ambiental e consequente qualidade de vida. Além disso, constitui um processo educativo, cuja finalidade é desenvolver instrumentos pedagógicos e ampliar a prática educativa para que o homem viva em harmonia com o meio ambiente (BARCELOS; NOAL, 2000).

Segundo Barcelos (2008), a escola é um local privilegiado para a realização da educação ambiental, desde que se dê a oportunidade à criatividade. A questão ambiental supõe que a sociedade terá que buscar novas maneiras de pensar e agir que garantam a sustentabilidade ecológica, refletindo em um novo universo de valores, que devem ser construídos desde a primeira infância, e a escola tem um grande papel a desempenhar nisso (BRASIL, 1998).

As práticas de educação ambiental não devem visar somente à transmissão de conhecimento, mas criar artifícios para a mudança de comportamento de cada indivíduo e da sociedade. Assim, as disciplinas trabalhadas nas escolas, em todos os níveis, devem contribuir no sentido de levar os estudantes a refletir, esclarecer e expressar suas impressões e valores quanto ao meio ambiente (PENNEREIRO; FERREIRA; LEITE, 2010).

Assim, é de suma importância a escola buscar diferentes estratégias para abordar a educação ambiental, a fim de sensibilizar os discentes. Percebe-se, então, a necessidade de buscar alternativas para o trabalho com a educação ambiental, já que o aprendizado se dá por intermédio de atividades que envolvem a descontração, ao mesmo tempo em que integra conhecimentos e habilidades, sendo certa a importância do trabalho lúdico multidisciplinar (SANTOS, 2009).

1.2 O coletor solar

O esgotamento progressivo das reservas de petróleo, matéria-prima básica da sociedade industrializada, tem gerado estudos sobre fontes alternativas de energia. Entre elas, têm sido consideradas a energia eólica, o etanol, a energia nuclear e a energia solar (PIMENTEL, 2011).

Vale lembrar que a energia é fundamental à vida, e o Sol é a principal fonte de energia do mundo, com durabilidade de pelo menos mais cinco bilhões de anos, cuja utilização tem a vantagem de causar baixos impactos ambientais (WEILLER et al., 2007).

Ao longo da história, o ser humano tem utilizado a energia solar, transformando-a em outras formas de energia, tais como a térmica e a mecânica, permitindo, assim, o desenvolvimento de diferentes tecnologias. Pesquisas mostram dispositivos básicos de captação de energia solar usando coletores planos tanto para aquecimento do ar como da água, em diversas aplicações (PALZ, 2002).

Nesse contexto, buscam-se meios alternativos para o aquecimento da água a ser utilizada para diferentes finalidades. Dentre os dispositivos existentes, há o coletor solar, que a partir de placas planas absorve a energia solar e aquece a água, podendo ser construído com materiais de baixo custo.

A construção e o funcionamento de um coletor solar envolvem uma grande variedade de temas, propiciando a realização de uma aula diferente, aumentando a efetividade no ensino e aprendizagem dos conceitos apresentados (WEILLER et al., 2007).

Diante do exposto, este trabalho teve como objetivos analisar a construção de um modelo experimental de coletor solar de baixo custo e executar uma atividade didático-pedagógica, a fim de verificar a viabilidade de sua utilização para fins didáticos.

Vale salientar que o presente artigo é resultado do desenvolvimento de projeto de iniciação científica, junto ao Programa Institucional de Incentivo à Pesquisa e Iniciação Científica do Centro Universitário Padre Anchieta – UniAnchieta, no período de agosto de 2016 a julho de 2017.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa envolveu o desenvolvimento de metodologia própria e adaptada aos objetivos traçados inicialmente, dividindo-se em três etapas básicas, descritas na sequência.

2.1 Etapas de desenvolvimento da pesquisa

2.1.1 Primeira etapa

Na etapa inicial, foi aplicada a técnica da pesquisa bibliográfica, tendo sido coletados, sistematizados e analisados dados e informações obtidos em livros, artigos, monografias, periódicos especializados, sites oficiais e demais fontes de estudo sobre os aspectos que envolvem a viabilidade da construção de um modelo experimental de coletor solar de baixo custo para fins didáticos.

2.1.2 Segunda etapa

Para a construção do modelo experimental de coletor solar de baixo custo, foi estabelecida uma parceria com uma instituição de educação básica, localizada na avenida Doutor Walter Gossner, número 31, bairro Igoturucaia, em Jundiaí-SP. Tal instituição é o colégio São Vicente de Paulo - unidade 2, que pertence à rede educacional dos Colégios

Vicentinos, com atuação em São Paulo-SP e Jundiaí-SP. Nessa parceria, a instituição de ensino em questão disponibilizou seu espaço para a instalação e análise da viabilidade do aquecedor solar de baixo custo, incluindo o desenvolvimento de atividade com fins pedagógicos.

O equipamento construído para essa pesquisa foi do tipo sistema passivo direto, no qual a água é aquecida diretamente por coletores solares, e sua circulação é realizada por termossifão, ou seja, a diferença de densidade devido à variação de temperatura entre os coletores e o reservatório provoca um gradiente de pressão que coloca o fluido em movimento (PENNEREIRO; FERREIRA; LEITE, 2010).

Vale ressaltar que o projeto foi adequado às necessidades do local de instalação, por se tratar de uma instituição de ensino. Dessa forma, a instalação do coletor solar de baixo custo no telhado de uma das acomodações físicas da instituição não permitiria a visualização do equipamento pelos alunos, fato que prejudicaria a compreensão do seu funcionamento.

Sendo assim, a fim de permitir que os alunos visualizassem o equipamento em funcionamento, possibilitando sua utilização para aulas expositivas de educação ambiental, foi priorizada a construção de um modelo experimental em proporções menores, que demonstrasse o funcionamento de um coletor solar de baixo custo em uma residência, permitindo, dessa forma, a realização de testes de eficiência e a utilização em aulas práticas.

Para a construção do aquecedor solar, foi utilizado como principal referencial o manual de manufatura e instalação experimental do Aquecedor Solar de Baixo Custo – ASBC, da Sociedade do Sol (2009), sendo feitas as adaptações necessárias para se obter um modelo experimental. Na Tabela 1, a seguir, consta a descrição dos materiais utilizados na construção desse modelo experimental.

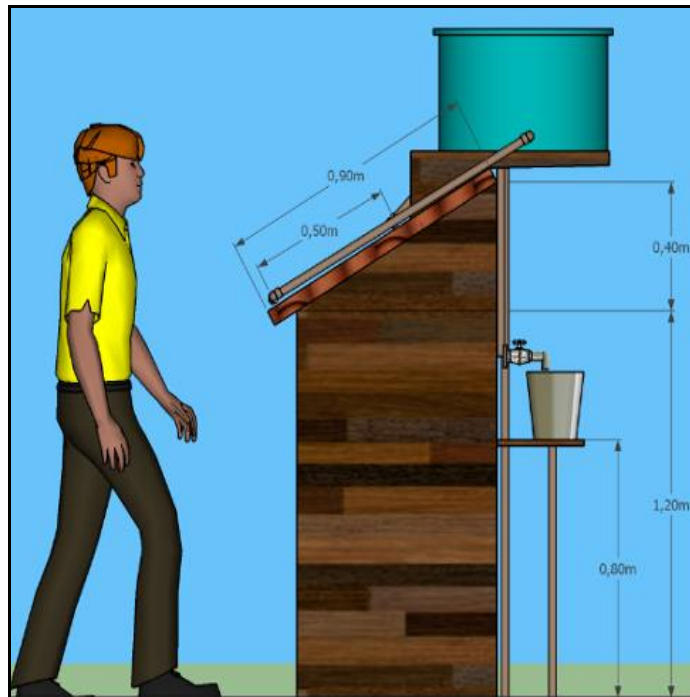
Tabela 1 – Relação dos materiais para a construção do modelo experimental

COMPONENTE	MEDIDA	QUANTIDADE	CUSTO (R\$)
Estrutura metálica	--	1	Doação
Forro de madeira pinus - retalhos	3000x100 mm	17	Doação
Tabeira de madeira de cedrinho	3000x100 mm	1	15,00
Lixa para madeira 220	--	1	Doação
Verniz Mogno	--	1	27,65
Pincel para verniz	--	1	Doação
Parafusos autobrocantes	--	60	Doação
Telha de metal ondulado	950x900 mm	1	Doação
Placas de policarbonato alveolar	700x350 mm	2	Doação
Selante branco	--	1	Doação
Bombona plástica	50L	1	Doação
Torneira boia	--	1	41,90
Fita veda rosca	--	1	5,90
Cola para tubos PVC	--	1	11,90
Adaptador flange	25mm	1	11,90
Tubo PVC	25mm	12m	18,00
Luva PVC 2	25mm	2	0,75
Joelho 90°	25mm	9	0,80
Tê	25mm	1	1,25
Cap	25mm	2	1,20
Adaptador	25x30mm	3	0,85
Luva 25x3/4	25x3/4	1	1,40
Registro esfera	25mm	2	17,99
Lavatório	--	1	21,90
Torneira	--	1	18,90
Tê azul 25mm	25mm	1	8,90
Sifão universal	--	1	6,60
Mangueira	--	10m	13,90
Abraçadeira	--	2	0,90
TOTAL			293,78

Fonte: Fernandes (2017).

Com relação à montagem do coletor solar, previamente foram calculadas as dimensões da estrutura, as placas e o reservatório, com a formulação de projeto em três dimensões por meio do programa *Sketchup*, conforme a Figura 1.

Figura 1 – Dimensões e proporção do modelo



Fonte: Fernandes (2016).

Após a definição do modelo experimental, iniciou-se a construção da estrutura, placas e sistema hidráulico, com auxílio de colaboradores do projeto, entre os dias 26 de dezembro de 2016 e 5 de janeiro de 2017.

Inicialmente, foi construída a estrutura metálica de sustentação, com tubos de 50mm por 50mm de aço 1020, e acrescida uma cinta de metal para sustentação da bombona de PVC. Posteriormente, a estrutura foi pintada, para se evitar o desgaste do metal (Figura 2). Em seguida foi dimensionada e instalada uma chapa de metal galvanizado ondulado como telhado, e foram cortados e instalados os forros de madeira pinus; por fim, a estrutura foi envernizada, sendo, então, finalizada a etapa de construção da base que simula parte de uma casa de madeira (Figura 3).

Figura 2 – Estrutura metálica



Fonte: Fernandes (2016).

Figura 3 – Modelo após ser envernizado



Fonte: Fernandes (2016).

Para servir de reservatório, foi utilizada bombona de PVC azul de 50 litros, que foi devidamente lavada e furada com serra copo de 32mm em sua parte superior, para a instalação de torneira boia, que abastece o sistema com água de forma contínua (Figura 4). Além disso, também foram instalados três flanges, sendo um para a saída de água fria, outro para a entrada de água quente do sistema e o terceiro para a saída de água quente para a torneira.

Figura 4 – Interior da bombona com sistema de torneira boia



Fonte: Fernandes (2016).

Em seguida, foram cortadas duas placas de policarbonato alveolar com 0,7cm por 0,35cm cada, dimensionadas conforme proporção indicada pela Sociedade do Sol (2009) para o aquecimento de 50 litros de água. As placas foram cuidadosamente colocadas em tubos de PVC de 25mm em que foram feitas fendas para o encaixe das placas. Em seguida, foram coladas com selante branco MS polímero 40 de uso profissional da marca *Würth*. Após secagem, foram inseridos os joelhos, caps e tubulações adjacentes (Figura 5).

Figura 5 – Placas alveolares de policarbonato após montagem do sistema de passagem de água



Fonte: Fernandes (2016).

As placas foram instaladas no telhado do modelo experimental, fato que possibilitou finalizar o sistema de encanamento para a bombona e demais sistemas, com saída na torneira instalada acima do lavatório plástico. Para melhor têmpera da água de saída do sistema, foram instalados dois registros lateralmente   torneira, um na saída de água aquecida do reservatório e outro interligado por meio de uma conexão t  de PVC na entrada de água no sistema. Para finalizar o modelo experimental, as placas de policarbonato foram pintadas de preto para maximizar o potencial de absorc o da radia o solar incidente nelas.

Por fim, o modelo experimental foi transportado para a institui o de ensino e instalado em local predefinido e estratégico, por ser de fácil acesso para os estudantes e com as placas coletoras posicionadas para o Norte, com o intuito de permanecerem expostas   radia o solar por maior período diário, conforme Figura 6.

Figura 6 – Vista do modelo experimental instalado



Fonte: Fernandes (2017).

2.1.3 Terceira etapa

Nessa última etapa, foi elaborada e realizada uma atividade didático-pedagógica, no dia 9 de maio de 2017, mediante a estruturação de um plano de aula que possibilitasse a interação dos discentes com o modelo do coletor solar de baixo custo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Vale ressaltar que a atividade didático-pedagógica desenvolvida no contexto da pesquisa envolveu crianças da educação infantil, com idades entre quatro e seis anos, que frequentam a instituição de ensino na qual o modelo foi instalado, com o intuito de compartilhar conhecimentos sobre o uso consciente e as formas alternativas de aquecimento de água, utilizando um modelo experimental de coletor solar de baixo custo. Nesse sentido, Rau (2011) destaca o fato de que é exatamente na faixa etária de quatro a seis anos que as crianças precisam vivenciar situações concretas para assimilar os conhecimentos.

A realização de atividades práticas no cotidiano escolar é de suma importância para quebrar a rotina, além de auxiliar na construção de conceitos e estimular a visão de interdisciplinaridade, em diferentes disciplinas do conhecimento, incluindo a educação ambiental. Essa última deve envolver um processo contínuo de aprendizagem, a fim de que o indivíduo seja capaz de representar em ações o conhecimento aprendido.

A atividade didático-pedagógica desenvolvida foi baseada num conjunto de conhecimentos que envolvem soluções simples para problemas ambientais, levando em consideração a faixa etária dos alunos e devidamente fundamentada nos princípios da experimentação, simulação, demonstração e sistematização das informações.

Primeiramente, cada grupo de alunos foi direcionado ao local em que foi instalado o modelo experimental, a fim de se instigar a curiosidade deles. Após a organização dos alunos em torno do modelo, eles foram questionados sobre os conhecimentos prévios sobre a água como um recurso natural e sua proveniência, tendo demonstrado conhecimentos superficiais sobre o tema; o orientador da atividade ofereceu exemplos rotineiros para ilustrar a questão, como a diferença entre água de rio e água do mar e o que é água potável, aproveitando o ensejo para questionar onde se encontra a água própria para consumo humano, temática sobre a qual os alunos demonstraram menor conhecimento.

Nesse momento, foi realizada uma dinâmica para demonstrar a proporção de água potável existente no planeta, na qual o orientador explicou que se toda a água da Terra, em escala muito reduzida, enchesse uma garrafa plástica de dois litros, a quantidade de água doce corresponderia a 200ml desse total. Em seguida, foi transferida uma parte da água da garrafa para um copo plástico de 200ml, reafirmando-se que ali estava contido o proporcional de água doce do planeta. Desses 200ml, foram transferidos 50ml para um segundo copo, representando proporcionalmente a água doce facilmente acessada. Por fim, foi retirado o suficiente para encher a tampa da garrafa plástica, representando a quantidade aproximada de água potável disponível para consumo humano. Nessa atividade, observou-se que os alunos com idade mais avançada tiveram maior entendimento e interação, enquanto os mais novos apresentaram momentos de desatenção. Na Figura 7, observam-se os alunos durante a atividade.

Figura 7 – Alunos durante a atividade pedagógica sobre a importância e usos da água



Fonte: Conceição (2017).

Prosseguindo, os discentes foram questionados sobre estratégias para se economizar água. Sobre este tema, as crianças demonstraram conhecimento mais amplo, mencionando como exemplos o ato de fechar a torneira para escovar os dentes e lavar as mãos e tomar banho sem morosidade.

Em seguida, os alunos foram questionados sobre como a água do chuveiro era esquentada, tema sobre o qual demonstraram desconhecimento, sendo explicado sucintamente sobre o aquecimento por meio de eletricidade. Com o ensejo, foram questionados sobre outras formas de esquentar a água, em que evidenciaram conhecimento com relação ao fogão a gás para tal finalidade.

Deve-se considerar que os estudantes chegam à escola com uma bagagem de conhecimentos adquiridos por meio de suas vivências com a família, amigos, vizinhos etc. Gehlen (2009) defende que devem ser considerados os conhecimentos prévios dos estudantes durante o desenvolvimento das atividades propostas, pois, dessa forma, esses alunos irão utilizar os conhecimentos que já possuem por meio de suas vivências pessoais para significar e compreender os fenômenos estudados na escola. No presente estudo, incorporar questões de conhecimento prévio e do cotidiano das crianças resultou na potencialização da interação delas com os questionamentos e na amplificação da necessidade de expor tais conhecimentos.

Durante a atividade, as crianças estavam ao ar livre e expostas à incidência da radiação solar, sendo então questionadas se estavam com calor e por que estariam com calor, e instintivamente elas disseram que era devido ao Sol. Aproveitando essa interação, foram

questionadas se o Sol não serviria para esquentar a água, sendo observada nas crianças certa imprecisão nas respostas. Em seguida, foi explicado que o Sol é uma fonte de energia e que pode esquentar a água. Nesse momento, foi questionado aos discentes se sabiam o que era a casinha de madeira (modelo experimental) que estava ao seu lado, e eles disseram que era para lavar as mãos. O orientador informou que assim como o Sol esquentava a pele e pode esquentar a água, aquela casinha tinha um sistema com placas que absorvia a energia solar e esquentava a água. Por fim, as crianças foram convidadas a lavar as mãos com água da torneira do modelo experimental e sentir a temperatura da água, momento em que demonstraram entusiasmo em poder interagir com o modelo experimental de aquecedor solar de baixo custo, conforme se observa na Figura 8.

Figura 8 – Alunos interagindo com modelo experimental de aquecedor solar de baixo custo



Fonte: Conceição (2017).

Foi perceptível que na realização da atividade ao ar livre com uso do modelo experimental, as crianças se mostraram atraídas, curiosas e estimuladas a participar da atividade. Piaget (1975) explica que o desenvolvimento cognitivo é um processo contínuo, que depende da ação do sujeito e de sua interação com os objetos, assim como Sanmarti (2002) e Szundy (2005) explicam que para que ocorra uma aprendizagem significativa, deve

ser oferecida aos alunos uma quantidade diversificada de tarefas e, para isso, fazer uso de técnicas e recursos diversificados.

Diante do exposto, a atividade proposta atendeu aos objetivos esperados, visto que a sua realização ao ar livre, incorporando conhecimentos prévios e cotidianos dos participantes e somada à utilização do modelo experimental, refletiu na interação dos alunos e na dinâmica da atividade.

Destaca-se que o maior ganho observado com a realização da atividade didático-pedagógica na instituição de ensino foi a conscientização dos estudantes em relação à problemática ambiental, em direção ao conhecimento dos temas relacionados ao coletor solar de baixo custo, dentre eles o consumo consciente de água e as fontes alternativas de energia. Nesse contexto, verificou-se que os estudantes demonstraram conhecimento prévio em relação ao uso e consumo consciente de recursos naturais, contribuindo para o alcance do objetivo da atividade proposta.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A existência do modelo experimental de coletor solar de baixo custo despertou nos ouvintes a curiosidade sobre o mesmo. As práticas pedagógicas desenvolvidas sob a ótica da educação ambiental, sobre os temas água e energia solar, fizeram com que os estudantes tivessem acesso a saberes científicos diversos, de forma lúdica e envolvendo a experimentação.

Os temas abordados na atividade pedagógica foram limitados pela faixa etária dos discentes, mas é possível expandir as considerações, entendendo-se que o modelo experimental proposto no presente estudo poderia ser utilizado para uma ampla gama de atividades pedagógicas, adequadas conforme faixa etária e níveis de conhecimento, abrindo-se a possibilidade de estudos específicos nos campos da Física, Geografia, Biologia, Astronomia e Educação ambiental.

5 REFERÊNCIAS

BARCELOS, Valdo Hermes de Lima; NOAL, Fernando Oliveira. Temática Ambiental e a Educação: uma aproximação necessária. In: NOAL, Fernando Oliveira; REIGOTA, Marcos; BARCELOS, Valdo Hermes de Lima. *Tendências da Educação Ambiental Brasileira*. 2. ed. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2000.

BARCELOS, Valdo Hermes de Lima. *Educação ambiental: sobre princípios, metodologias e atitudes*. Petrópolis: Vozes, 2008.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais*. Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2017.

DIAS, Genebaldo Freire. *Educação Ambiental: Princípios e Práticas*. São Paulo: Gaia, 2004.

GEHLEN, Simoni Tormöhlen. *A função do problema no processo ensino-aprendizagem de ciências: contribuições de Freire e Vygotsky*. 254 p. Tese (Doutorado em Educação Científica e Tecnológica) – Centro de Ciências Físicas e Matemáticas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2009. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2011/pedagogia/tprobvygotskyfreire.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2017.

PALZ, Wolfgang. *Energia solar e fontes alternativas*. São Paulo: Hemus, 2002.

PENEREIRO, Júlio César; FERREIRA, Denise Helena Lombardo; LEITE, Maria Beatriz Ferreira. Aplicando modelos matemáticos para decidir a viabilidade da instalação de um aquecedor solar de baixo custo. *Educ. Matem. Pesqu.*, São Paulo, v. 12, n. 3, 2010. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/emp/article/view/4645>>. Acesso em: 17 ago. 2017.

PIAGET, Jean. *A construção da inteligência na criança*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

PIMENTEL, Fernando. *O Fim da Era do Petróleo e a Mudança do Paradigma Energético Mundial: Perspectivas e Desafios para a Atuação Diplomática Brasileira*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

RAU, Maria Cristina Trois Dorneles. *A ludicidade na educação: uma atitude pedagógica*. Curitiba: Ibpx, 2011.

SANMARTI, Neus. *Didáctica de las ciencias em la educación secundaria obligatoria*. Madrid: Síntesis Educacion, 2002.

SANTOS, Luana Magda Muniz dos. A importância de práticas de ensino criativas na educação ambiental. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, 7., 2009, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: UFSC, 2009. Disponível em: <<http://posgrad.fae.ufmg.br/posgrad/viiienpec/pdfs/101.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

SOCIEDADE do Sol. *Manual de manufatura e instalação experimental do Aquecedor Solar de Baixo Custo – ASBC*. São Paulo, USP – IPEN, 2009. Disponível em: <<http://www.sociedadedosol.org.br/wp-content/uploads/2013/07/manual-do-asbc-maio2010-v3-0.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2016.

SZUNDY, Paula Tatianne Carréra Szundy. *A construção do conhecimento do jogo sobre o jogo: ensino e aprendizagem de LE e formação reflexiva*. 2005. Tese (Doutorado) – Pontifícia

Universidade Católica – PUC, 2005. Disponível em:

<<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/13865>>. Acesso em: 16 ago. 2017.

WEILLER, Luiz Artur; ANDRADE, Nylton Gomes; MOURA, Thiago Daniel; ALMEIDA, Teddy; CORREA, Rodrigo Izidoro; DICKMAN, Adriana Gomes. Construindo um coletor solar de baixo custo: uma oportunidade para ensinar física. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE ENSINO DE FÍSICA, 17., 2007, São Luís. In: *Anais...* São Luís: UEMA, 2007. Disponível em: <http://www.cienciamao.usp.br/dados/snef/_construindoumcoletorsola.trabalho.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2017.

IMPLANTAÇÃO E ANÁLISE DA VIABILIDADE DE UM SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS EM OFICINA MECÂNICA NO MUNICÍPIO DE VARGEM – SC

Renata Moraes Santos¹

André Luiz da Conceição²

Resumo

Oficinas mecânicas precisam de um sistema de gerenciamento de resíduos eficiente, pois os resíduos gerados decorrentes de suas atividades diárias podem impactar o meio ambiente e a sociedade. Este trabalho teve como objetivo analisar a viabilidade da implantação de um sistema de gerenciamento de resíduos sólidos e líquidos em uma oficina mecânica instalada nas dependências de uma usina hidrelétrica em fase de construção, no município de Vargem-SC. Para a realização deste trabalho, foram feitas visitas técnicas mensais ao local, durante o primeiro semestre de 2016, com a intenção de analisar a viabilidade do sistema de gerenciamento e orientar os colaboradores da necessidade do gerenciamento. Durante as visitas técnicas, foi observado o manuseio, armazenamento e destinação de produtos e resíduos potencialmente causadores de impactos ambientais. Os resultados das análises do efluente proveniente da caixa separadora de água e óleo e a organização da oficina mostraram a importância do sistema de gerenciamento, que se revelou viável e necessário, principalmente pelo fato de a oficina estar instalada próxima a um corpo d'água.

Palavras-chave: Gerenciamento de resíduos. Oficina mecânica. Meio ambiente.

Abstract

Mechanical workshops need an efficient waste management system since the waste generated from their daily activities can affect the environment and society. This essay had the objective of analyzing the viability of the implantation of a solid and liquid waste management system in a mechanical workshop located in the dependencies of a hydroelectric plant in construction in the municipality of Vargem-SC. In order to carry out this work, monthly technical visits were made to the site during the first half of 2016, with the intention of analyzing the viability of the management system and talking to the employees about its need. During the technical visits, it was observed the handling, storage and destination of products and wastes that could potentially cause environmental impact. The results of the analysis of the effluent collected from the water and oil separator tank and the organization of the workshop showed the importance of the management system, which proved to be feasible and necessary, mainly because the workshop was installed near a water body.

Keywords: Solid waste. Mechanical Workshop. Environment.

¹ Graduada em Engenharia Ambiental e Sanitária pelo Centro Universitário Padre Anchieta – UniAnchieta, Tecnóloga em Saneamento Ambiental pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. E-mail: renatta_moraes@msn.com.

² Doutor e Mestre em Planejamento de Sistemas Energéticos pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, especialista e graduado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista – UNESP, professor e pesquisador do Centro Paula Souza – CPS e do Centro Universitário Padre Anchieta – UniAnchieta. E-mail: andre.conceicao@anchieta.br.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com estudo realizado em 2015 pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, 2015), 33% do solo do planeta se encontra degradado e contaminado, por razões físicas, químicas ou biológicas, e esta grande quantidade de áreas com solos contaminados ao redor do mundo tem despertado a atenção de inúmeros órgãos e instituições governamentais nacionais e internacionais, tais como o Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA. Estes, bem como outras organizações nacionais e/ou internacionais, buscam uma estratégia para conter e/ou remediar esta situação.

Um dos principais causadores de contaminação do solo são os óleos lubrificantes e outros produtos derivados do petróleo, quando manejados e/ou descartados de maneira incorreta. Muitos estabelecimentos utilizam estes produtos nas suas atividades, porém as oficinas mecânicas são estabelecimentos que podem causar sérios danos ao meio ambiente, pois basicamente todas as suas atividades (troca de óleo, troca e limpeza de peças, manutenção de motores, entre outras) demandam a utilização desses produtos e tendem a gerar grandes quantidades de resíduos (NUNES; BARBOSA, 2012).

Quando óleos são lançados diretamente no ambiente ou quando queimados de forma não controlada, provocam problemas de poluição do solo, das águas e do ar. Quando lançados na superfície, os óleos usados infiltram-se no solo, contaminando-o (SILVEIRA et al., 2006). Além disso, os componentes do óleo no solo separam-se em três fases: dissolvida, líquida e gasosa. Uma fração dos componentes se dissolve na água do lençol freático, uma segunda porção é retida nos espaços porosos do solo na sua forma líquida, e outra parte, os passíveis de evaporação, dá origem à contaminação atmosférica (NADIM et al., 2000).

Além dos resíduos líquidos, em uma oficina mecânica também há a geração de resíduos sólidos, tais como embalagens, baterias, pilhas e lâmpadas usadas, além de flanelas e estopas contaminadas com produtos diversos.

Para a limpeza de superfícies e peças, são utilizadas flanelas e estopas que entram em contato direto com substâncias como gasolina, óleo lubrificante, óleo diesel, graxas, solventes, entre outras. Esses materiais, por estarem em contato com produtos contaminantes e derivados do petróleo, se tornam resíduos sólidos perigosos, segundo a NBR 10004/2004, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, oferecendo risco à saúde e ao meio ambiente, quando descartados incorretamente (NUNES; BARBOSA, 2012).

Devido à problemática anteriormente caracterizada, este trabalho foi desenvolvido com o objetivo de analisar a viabilidade de um sistema de gerenciamento de resíduos sólidos e líquidos, implantado em uma oficina mecânica. Além do manuseio e/ou descarte inadequado de produtos potencialmente contaminantes, um fator agravante neste caso é o local onde a oficina se encontra localizada – às margens do rio Canoas, no município de Vargem-SC (Figura 1).

Figura 1 – Obra da Usina Hidrelétrica São Roque, com detalhe do local onde está instalada a oficina mecânica



Fonte: Google Maps (2016).

Por motivos contratuais, a empresa responsável pela locação das máquinas utilizadas na construção da usina hidrelétrica, incluindo a oficina mecânica, objeto de estudo, não autorizou o uso de seu nome neste trabalho. A oficina está instalada dentro de uma obra para a construção da Usina Hidrelétrica São Roque, que está sendo edificada às margens do rio Canoas, entre os municípios de Vargem e São José do Cerrito, no estado de Santa Catarina. Segundo os engenheiros responsáveis, a usina foi projetada para ter capacidade de gerar 800GW/h por ano. Até a metade de 2016, a construção encontrava-se 80% concluída.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Resíduos gerados em oficinas mecânicas

A falta de um gerenciamento adequado de resíduos, especialmente por parte das empresas, é um problema ambiental grave em virtude dos diferentes compostos químicos oriundos deste meio (LOPES; KEMERICH, 2007). Oficinas mecânicas são estabelecimentos cujas atividades requerem o uso de muitos produtos derivados do petróleo, que são perigosos, podendo causar sérios danos ao meio ambiente.

Segundo a NBR 10004/2004, são considerados resíduos perigosos aqueles cujas propriedades físicas, químicas ou infectocontagiosas podem acarretar riscos à saúde pública e/ou riscos ao meio ambiente, quando descartados de forma inadequada, e apresentam como características: inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade e patogenicidade. Diante desta definição, é possível afirmar que grande parte dos materiais utilizados no dia a dia de uma oficina mecânica oferece perigo, pois são óleos lubrificantes, combustíveis, outros derivados do petróleo, peças, estopas e flanelas contaminadas com esses materiais, além de baterias e lâmpadas.

Descartar resíduos de forma inadequada é proibido, e a mistura de resíduos de classes diferentes pode contaminar e tornar um resíduo não perigoso em resíduo perigoso, dificultando seu gerenciamento. Vale lembrar que o transporte para a destinação final de resíduos perigosos apenas deve ser realizado por empresas licenciadas pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA (BERTOLINI et al., 2015).

2.1.1 Óleos lubrificantes e derivados de petróleo

Nas últimas décadas, notou-se que a poluição causada por petróleo e seus derivados tem sido um dos principais problemas para o meio ambiente. Por exemplo, quando ocorre o derramamento de gasolina no solo, uma das principais preocupações é a contaminação das águas subterrâneas, que podem também contaminar os aquíferos, que são usados como fontes de abastecimento de água para o consumo humano (CUSTANCE et al., 1992). Quando ocorre a queima descontrolada do óleo usado, seus componentes passíveis de evaporação vão para a atmosfera, causando também a contaminação deste meio (NADIM et al., 2000).

Entre os contaminantes presentes nos derivados do petróleo, destacam-se os hidrocarbonetos monoaromáticos benzeno, tolueno, etilbenzeno e xilenos, conhecidos por

BTEX. Todos os compostos dentre os BTEX são tóxicos e prejudiciais à saúde pública e ao meio ambiente (NUNES; BARBOSA, 2012). Segundo o Instituto Nacional de Câncer – INCA, o benzeno é um “agente mielotóxico regular, leucemogênico e cancerígeno, mesmo em baixas doses.” (INCA, 2012, p. 56).

A resolução do CONAMA 362/2005 tornou obrigatório o recolhimento, a coleta e a destinação final de óleos lubrificantes usados ou contaminados. Essa resolução toma como base a norma NBR 10004 da ABNT, que classifica óleos lubrificantes como material perigoso por apresentar toxicidade (NUNES; BARBOSA, 2012).

2.1.2 Embalagens plásticas, estopas e flanelas

Em oficinas mecânicas também há a geração de resíduos sólidos, como embalagens, flanelas e estopas. As estopas e flanelas são utilizadas para trabalhar com efluentes líquidos, como óleos, graxas e combustíveis, porque servem para a realização da limpeza da superfície que será trabalhada e também para a limpeza de peças. Com isso, entram em contato direto com substâncias como gasolina, óleo lubrificante, óleo diesel, graxas, solventes, entre outras. Conseqüentemente, estopas e flanelas acabam sendo contaminadas e, portanto, classificadas como resíduos perigosos (NUNES; BARBOSA, 2012).

É conhecido que embalagens de produtos como óleos lubrificantes, óleos hidráulicos, graxas, solventes e outros diversos produtos derivados do petróleo não podem ser descartadas de qualquer forma, pois uma vez servindo como recipientes de produtos perigosos, já se encontram contaminadas.

Após o uso dos produtos, as embalagens plásticas precisam ser totalmente esvaziadas, então deve ser feito o escoamento do produto contido nas paredes e no fundo da embalagem, com o intuito de reduzir ao máximo a quantidade restante presente dentro delas (FIESP, 2007).

Algumas empresas realizam a chamada logística reversa, comprometendo-se a recolher as embalagens de seus produtos após o consumo dos clientes. Empresas de agrotóxicos são obrigadas a realizar esse tipo de serviço, conforme a Lei Federal nº 7.802/1989, que posteriormente foi alterada pela Lei Federal nº 9.974/2000 e regulamentada pelo Decreto nº 4.704/2002. Sobre a logística reversa de óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens, as determinações estão dispostas no *caput* do Art. 33 e no inciso IV da Lei Federal nº

12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS (SILVA et al., 2014).

2.1.3 Lâmpadas

Conforme Durão Jr e Windmöller (2008), lâmpadas contendo mercúrio são resíduos que necessitam de um gerenciamento adequado para evitar a contaminação do meio ambiente durante a utilização, o armazenamento e o descarte. As lâmpadas que possuem mercúrio na sua composição são as fluorescentes (tubulares e compactas) e lâmpadas de descarga (mista, vapor de mercúrio, vapor de sódio e vapor metálico). Quando descartadas de maneira incorreta, podem ocasionar a liberação do mercúrio no meio ambiente. Uma vez no meio ambiente, o mercúrio contamina solos, lagos, rios, mares, lençol freático. Além disso, quando ingerido por algum animal, pode causar danos em toda a cadeia alimentar.

Caso as lâmpadas fluorescentes descartadas sejam estocadas para uma destinação final futura, elas precisam ser armazenadas em um local seco e protegidas de eventuais choques que possam causar sua ruptura. Em hipótese alguma as lâmpadas podem ser quebradas, e nem devem ter seus pinos de contato elétrico empurrados para dentro, porque os orifícios resultantes nos soquetes das extremidades das lâmpadas permitem o vazamento do mercúrio.

Atualmente, a reciclagem é a resposta mais segura e ambientalmente adequada para o descarte de lâmpadas de mercúrio. Quando se fala em reciclagem de lâmpadas, refere-se à recuperação de alguns de seus componentes e a sua introdução nas indústrias ou nas próprias fábricas de lâmpadas. (LIMA; CAVALCANTI, 2007).

2.1.4 Pilhas e baterias

Até 1985, as pilhas, exceto as de lítio, continham mercúrio metálico, um metal pesado, não biodegradável, extremamente tóxico à saúde e ao ambiente, em proporções que variavam de 0,01% a 30% (REIDLER; GÜNTHER, 2000).

Quando descartadas em lixeiras comuns, as pilhas e baterias são dispostas nos aterros sanitários, e a liberação de seus metais pesados dificulta o tratamento do chorume. Quando incineradas, podem causar poluição atmosférica.

A resolução CONAMA nº 257/1999 determina que pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos tenham os procedimentos de reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final ambientalmente adequados. A

Resolução determina ainda que os fabricantes executem a logística reversa desses materiais, com a formação de redes receptoras nos pontos de venda destes produtos, que serão recolhidos posteriormente para destinação final adequada (PEREIRA et al., 2011).

2.1.5 Pneus

O descarte inadequado de pneus pode causar diversos danos ao meio ambiente e à sociedade, pois, se deixados em locais abertos, podem acumular água no seu interior, tornando-se ambientes propícios ao desenvolvimento de insetos transmissores de doenças, como a dengue. Além disso, se queimados a céu aberto e sem um controle adequado, causam poluição atmosférica, devido à liberação de material particulado e gases tóxicos (dióxido de enxofre) provenientes da queima da borracha. Por fim, se encaminhados para aterros sanitários, provocam espaços ocos na camada de resíduos, desestabilizando o terreno (PEREIRA et al., 2011).

2.1.6 Outros resíduos

Em oficinas mecânicas, há também a geração de papéis, papelões, vidros etc. Com exceção do pneu, estes materiais podem ser descartados e direcionados para a reciclagem, desde que não tenham sido contaminados com produtos derivados do petróleo e outros produtos considerados perigosos.

Nas atividades de oficinas mecânicas, é preciso ter uma atenção especial com três resoluções do CONAMA. São elas:

- Resolução CONAMA 275/2001 – Instalação de coleta seletiva;
- Resolução CONAMA 450/2012 – Descartes corretos de óleos e fluídos;
- Resolução CONAMA 313/2002 – Gerenciamento de resíduos sólidos.

É importante informar que estas resoluções foram utilizadas como base para a implantação do sistema de gerenciamento de resíduos sólidos e líquidos da oficina mecânica na obra da UHE São Roque.

A resolução CONAMA nº 275/01 determina as cores para os diversos tipos de resíduos sólidos, para facilitar a segregação na fonte. A Figura 2, a seguir, mostra as cores determinadas para cada tipo de resíduo.

Figura 2 – Separação de resíduos por cor



Fonte: Santos (2016).

3 MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia desenvolvida neste estudo, visando alcançar os objetivos inicialmente traçados, desenvolveu-se em três momentos distintos, porém complementares, que são: a realização da revisão bibliográfica, a execução das visitas técnicas e a tabulação e análise dos dados obtidos. Na sequência, são apresentados, de forma mais detalhada, aspectos inerentes a cada uma das três etapas metodológicas.

Com relação à etapa da revisão bibliográfica, para a implantação do sistema de gerenciamento de resíduos na oficina mecânica, inicialmente foi conduzida pesquisa em diversas fontes bibliográficas, contando com a orientação da equipe técnica da obra, composta por um engenheiro civil, um engenheiro ambiental, um técnico de segurança do trabalho e um biólogo. É válido ressaltar que uma das referências mais importantes para o desenvolvimento deste trabalho foi a obra de Lopes e Kemerich (2007), que descrevem as melhores formas de descarte dos resíduos de acordo com a sua classificação determinada pela NBR 10004/2004.

Com o objetivo de viabilizar a implantação do sistema de gerenciamento de resíduos sólidos e líquidos na oficina mecânica, bem como analisar a sua viabilidade, foram realizadas visitas técnicas mensais ao local, no período de janeiro a junho de 2016, totalizando seis visitas.

Durante as visitas técnicas, foi reforçada a prática intitulada como Diálogos Diários de Segurança – DDS. Esta prática consiste basicamente na reserva de um curto período de tempo (entre 10 a 15 minutos), antes do início das atividades, para a discussão de assuntos ligados ao andamento da obra, aos acontecimentos no turno anterior, aos procedimentos futuros e às questões de segurança, higiene e meio ambiente. Foram realizados cinco DDS voltados especificamente ao manuseio, armazenamento e descarte adequado dos resíduos perigosos encontrados na oficina, assim como aos riscos ao meio ambiente, quando esses resíduos são

manipulados sem qualquer cuidado. Também foram tratados assuntos voltados para a higiene e segurança da oficina, pois foi constatada a necessidade de organização do local.

Após a etapa de conscientização dos colaboradores por meio dos DDS, começou a etapa de organização do descarte dos resíduos sólidos e líquidos. Foram realizados diversos contatos com empresas devidamente licenciadas para coletar cada tipo de resíduo gerado na oficina, uma vez que a mesma não tinha veículos adequados e licenciados para realizar o transporte desses resíduos até os pontos de descarte.

Com o gerenciamento em andamento, foram realizadas vistorias mensais da equipe técnica da obra para verificar se não havia nenhuma atividade incorreta e com potencial risco de contaminação ao meio ambiente. Durante as vistorias, foram montados relatórios fotográficos, que posteriormente foram enviados à Fundação do Meio Ambiente – FATMA, que representa o órgão ambiental de esfera estadual do governo de Santa Catarina responsável pelo licenciamento da obra. Além de possibilitar o acompanhamento das atividades desenvolvidas pela oficina mecânica, essas visitas técnicas também tiveram como objetivo analisar a viabilidade do sistema de gerenciamento dos resíduos sólidos.

Para garantir o funcionamento do sistema de gerenciamento de resíduos líquidos, foi contratada uma empresa para realizar, mensalmente, coletas de água e efluentes em três pontos da oficina, sendo eles o bebedouro, objetivando assegurar a qualidade da água ofertada aos funcionários, e as caixas separadoras água e óleo (entrada e saída), com o objetivo de analisar a eficiência da caixa separadora – método utilizado para tratar o efluente proveniente das atividades da oficina.

Por fim, foi realizada a terceira e última etapa metodológica da presente pesquisa, ou seja, a tabulação e a análise dos dados, etapa na qual os dados necessários para a tarefa foram coletados e devidamente organizados, sendo possível definir alguns parâmetros para a análise do gerenciamento de resíduos da oficina mecânica, conforme descrito no tópico a seguir.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os principais parâmetros considerados neste trabalho, para a análise da viabilidade do sistema de gerenciamento de resíduos da oficina mecânica na UHE São Roque, foram a limpeza da oficina, o armazenamento e descarte de pneus usados, o controle da qualidade da água, o descarte de lâmpadas, pilhas, baterias, embalagens plásticas, estopas e flanelas e

resíduos oleosos, além do descarte de resíduos classificados como não perigosos e dos recicláveis.

Esses materiais foram escolhidos como parâmetros devido ao grande risco de contaminação que eles representam ao meio ambiente. Na sequência, consta a análise mais detalhada de cada um desses parâmetros.

4.1 Limpeza

Durante alguns dias, um dos pontos mais frisados nos DDS foi referente à necessidade de realizar uma faxina geral na oficina e de estabelecer um critério de organização, pois a mesma estava muito desorganizada, atrapalhando, inclusive, a realização de algumas atividades.

A Figura 3 mostra a canaleta de drenagem antes e após a limpeza, e a Figura 4 mostra o resíduo que foi recolhido e descartado na caçamba de uma empresa responsável pela coleta, tratamento e disposição final de resíduos industriais.

Figura 3 – Canaletas antes e após a limpeza



Fonte: Santos (2016).

Figura 4 – Resíduo sólido recolhido das canaletas após limpeza da oficina mecânica



Fonte: Santos (2016).

A limpeza das canaletas era realizada todos os dias em que havia expediente na oficina, ao final de cada turno.

4.2 Pneus

Devido ao grande número de caminhões e máquinas com pneus utilizados na obra (27 caminhões e 11 máquinas), e também ao terreno íngreme e irregular, era constante a necessidade de troca de pneus.

Os pneus usados foram organizados em pilhas e armazenados dentro de um abrigo coberto. Em algum momento, houve a necessidade de armazenar pneus também na área externa do abrigo, e esses pneus foram cobertos com uma lona, para evitar o acúmulo de água em seu interior. A Figura 5 mostra o armazenamento dos pneus dentro do abrigo coberto, e a Figura 6 mostra os pneus na área externa cobertos com lona.

Figura 5 – Armazenamento de pneus em área interna coberta



Fonte: Santos (2016).

Figura 6 – Pneus armazenados em área externa, cobertos com lona



Fonte: Santos (2016).

A empresa que realizava o fornecimento dos pneus também era a responsável pelo seu recolhimento. Sempre que possível, os pneus recolhidos eram recapados e revendidos.

4.3 Resíduos oleosos

Praticamente toda semana era realizada a troca de óleo de caminhões, carros e máquinas. Estes resíduos eram armazenados em tanques de 200L e estocados em um depósito específico de produtos classificados como perigosos. Terceirizou-se uma empresa que realizava a compra e coleta deste resíduo. Após o devido tratamento, a empresa conseguia reaproveitar o óleo recuperado.

A Figura 7 mostra o abrigo onde eram estocados os resíduos oleosos e perigosos. É possível notar também nesta figura que o chão está com uma camada de serragem, utilizada para absorver o óleo, quando ocorria vazamento no solo. Posteriormente, essa serragem era recolhida, armazenada dentro de recipientes fechados e entregue à empresa responsável para o descarte adequado.

Figura 7 – Depósito e armazenamento de resíduos oleosos



Fonte: Santos (2016).

O resíduo oleoso proveniente da caixa separadora água e óleo era recolhido no mínimo semanalmente ou sempre que necessário, armazenado em recipientes de 50L a 100L, recolhidos pela empresa responsável pelo descarte. A Figura 8 mostra a caixa de sedimentação sendo limpa e como ficou após a limpeza. Na Figura 9, a caixa separadora água e óleo está sendo limpa, e a Figura 10 mostra a mesma após a limpeza.

Figura 8 – Caixa de sedimentação sendo limpa (esquerda) e após a limpeza (direita)



Fonte: Santos (2016).

Figura 9 – Limpeza da caixa separadora água e óleo



Fonte: Santos (2016).

Figura 10 – Caixa separadora água e óleo após limpeza



Fonte: Santos (2016).

Lopes e Kemerich (2007) descreveram em seus trabalhos que os resíduos oleosos coletados nas oficinas estudadas foram armazenados em tambores de 250L e coletados por uma empresa terceirizada que realizou a regeneração e a re-refinação do óleo.

4.4 Embalagens plásticas, estopas e flanelas

As embalagens plásticas contaminadas com produtos derivados de petróleo eram armazenadas no depósito de produtos químicos, após o escoamento do restante do produto contido em suas paredes. A cada 20 dias essas embalagens eram recolhidas por uma empresa terceirizada pela construtora da obra, para a destinação adequada.

As estopas e as flanelas usadas e contaminadas com óleos, solventes, graxas e outros produtos perigosos eram depositadas dentro de um recipiente fechado e posteriormente recolhidas pela mesma empresa responsável pelo recolhimento dos resíduos oleosos.

Na oficina estudada por Lopes e Kemerich (2007), as estopas foram reutilizadas na substituição de combustíveis fósseis, pois possuíam um poder calorífero que permitia e tornava viável essa técnica.

4.5 Lâmpadas, pilhas e baterias

As lâmpadas, pilhas e baterias não eram armazenadas na oficina. A construtora responsável pela obra mantinha um ponto de coleta desses materiais próximo ao seu escritório administrativo. Como a obra tinha diversos setores (marcenaria, metalurgia, refeitório, administrativo, estoque de materiais), a geração desses resíduos era muito grande, portanto a responsabilidade pelo descarte ambientalmente adequado ficava a cargo da construtora.

As baterias automotivas não eram descartadas da mesma forma que os resíduos anteriormente descritos, uma vez que o estabelecimento responsável pelo fornecimento delas realizava a logística reversa, vendendo as novas à base de troca das usadas.

4.6 Controle da qualidade da água

Mensalmente, um técnico de uma empresa terceirizada se deslocava até a obra e realizava a coleta de amostras de água em diversos pontos. Na oficina eram coletadas amostras nos seguintes pontos:

- Caixa Separadora água e óleo – Entrada;
- Caixa Separadora água e óleo – Saída;
- Bebedouro.

As análises eram realizadas com o objetivo de acompanhar o rendimento da eficiência da caixa separadora, especificamente, para analisar se não estava ocorrendo o descarte de óleo junto com a água na rede coletora de efluentes. Vale salientar que a coleta de amostra no bebedouro era uma normalização determinada pela construtora, para o cuidado com a saúde pública.

Os padrões utilizados para as análises são os descritos na resolução CONAMA nº 430 de 2011, que complementa a resolução nº 357 de 2005. Essas resoluções dispõem sobre as condições e padrões de lançamento de efluentes.

A Figura 11 mostra os resultados obtidos da análise de amostra da saída da caixa separadora água e óleo, realizada em fevereiro de 2016.

Figura 11 – Resultado da análise de amostra da saída da caixa separadora

DADOS DA AMOSTRA				
Amostra:	OS392	Coletor:	QUIMICAMPOS - JEFFERSON SCOLARO	
Procedência:	ETE			
Ponto de Coleta:	CAIXA SEPARADORA - SAIDA	Latitude:	-	Longitude: -
Condições climáticas na coleta:	BOM. SEM CHUVA NAS ULTIMAS 24H			
Legislação 1:	CONAMA 430 SESSAO I E II			
Legislação 2:	CONAMA - RESOLUÇÃO Nº 357 : 2005 - ÁGUA DOCE CLASSE III - TABELA I			
PARÂMETRO	LEGISLAÇÃO 1	LEGISLAÇÃO 2	RESULTADO	UNIDADE
AMONIA	-	-	0,19	mg/L
COMPOSTOS ORGANOCOLORADOS	-	-	<0,001	mg/L
DEMANDA BIOQUÍMICA DE OXIGÊNIO - DBO	Redução de 80%	-	85,07	mg/L OXIG.
DEMANDA QUÍMICA DE OXIGÊNIO - DQO	-	-	106,34	mg/L OXIG.
FOSFORO TOTAL	-	-	6,20	mg P/L
NITROGÊNIO TOTAL	-	-	60,30	mg/L
ÓLEOS E GRAXAS TOTAIS	≤ 100,0 mg/L	-	6,12	mg/L
OXIGÊNIO DISSOLVIDO	-	-	1,42	MG O2/L
PH	Entre 5,0 e 9,0	-	7,39	PH A 25°C
SÓLIDOS SEDIMENTÁVEIS	<1,0 mg/L	-	<0,1	mg/L
SÓLIDOS SUSPENSOS VOLÁTEIS	-	-	21,24	MG/L
SÓLIDOS TOTAIS	-	-	24,08	mg/L
SURFACTANTES ANIÔNICOS	-	-	0,05	mg/L

Fonte: Quimicampos, 2016.

Conforme evidenciado pela figura anterior, foi possível verificar a eficiência da caixa separadora água e óleo, pois todos os resultados apresentados estão abaixo do limite estabelecido pela lei.

O resultado encontrado de 6,12 mg/L no parâmetro Óleos e Graxas mostra que, especificamente, não há resíduos desses produtos na saída da caixa separadora. O pH da amostra também está dentro dos padrões, portanto não há riscos para o corpo d'água próximo.

4.7 Outros resíduos

Para a destinação de vidros, papéis, plásticos (não contaminados), metais, madeiras, e outros resíduos, lixeiras foram distribuídas pela oficina, de acordo com as cores definidas pela resolução CONAMA nº 275/01, e devidamente identificadas, conforme a Figura 12.

Figura 12 – Coletores de resíduos identificados conforme CONAMA 275/01



Fonte: Santos (2016).

5 CONCLUSÃO

Com base nos resultados obtidos a partir desta pesquisa, é possível afirmar que é de suma importância o sistema de gerenciamento de resíduos em oficinas mecânicas, pois diariamente ocorre a geração de resíduos sólidos e líquidos, principalmente dos classificados como perigosos, mas com o sistema é possível evitar que os resíduos impactem o meio ambiente.

Na oficina estudada, a maior dificuldade encontrada foi quanto à conscientização dos colaboradores sobre a necessidade de organização e limpeza do ambiente de trabalho, mas houve uma boa aceitação por parte deles a esse respeito.

Devido ao fato de a oficina ter sido instalada próxima a um corpo d'água, foi preciso muito cuidado no manejo e armazenamento de produtos perigosos, pois qualquer descuido poderia causar impacto ao meio ambiente local.

Um gerenciamento adequado de resíduos possibilita, além da preservação do meio ambiente, a sustentabilidade da oficina mecânica, pois atualmente há no mercado diversas empresas que conseguem recuperar e trabalhar com materiais que para as oficinas são apenas resíduos. Nessa prática, ambas as partes são beneficiadas, pois a oficina tem a possibilidade de descartar adequadamente seus resíduos, e em algumas vezes até obter um retorno financeiro, e a empresa coletora recebe matéria-prima para a geração de seus produtos.

Oficinas mecânicas consomem muitos produtos potencialmente perigosos praticamente em todas as suas atividades. Uma possível ideia para melhorar a imagem desse tipo de estabelecimento seria substituir produtos comuns por produtos de selo verde, que são produzidos com componentes menos agressivos ao meio ambiente e ecologicamente corretos.

6 REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 10004*: resíduos sólidos: classificação. Rio de Janeiro, 2004.

BERTOLINI, G. R. F. et al. Resíduos de Oficina Mecânica: Proposta de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – LP Radiadores e Baterias LTDA. In: ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE – ENGEMA, 17., 2015, São Paulo. *Anais...* São Paulo: FEA USP, 2015. Disponível em: <<http://engemausp.submissao.com.br/17/anais/arquivos/202.pdf>>. Acesso em: 6 set. 2016.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA. *Resolução nº 258, de 26 de agosto de 1999*. Determina que as empresas fabricantes e as importadoras de pneumáticos ficam obrigadas a coletar e dar destinação final ambientalmente adequada aos pneus inservíveis. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legislacao/CONAMA_RES_CONS_1999_258.pdf>. Acesso em: 4 set. 2016.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA. *Resolução nº 275, de 25 de abril de 2001*. Estabelece o código de cores para diferentes tipos de resíduos na coleta seletiva. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=273>>. Acesso em: 5 set. 2016.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA. *Resolução nº 301, de 21 de março de 2002*. Altera dispositivos da Resolução nº 258, de 26 de agosto de 1999, que dispõe sobre pneumáticos. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res02/res30102.xml>>. Acesso em: 4 set. 2016.

BRASIL. Instituto Nacional de Câncer – INCA. *Vigilância do Câncer Ocupacional e Ambiental*. Rio de Janeiro: INCA, 2005. Disponível em: <<http://www.inca.gov.br/inca/Arquivos/publicacoes/vigilanciadocancerocupacional.pdf>>. Acesso em: 6 set. 2016.

CUSTANCE, S. R. et al. Environmental fate of the chemical mixtures: crude oil, jp-5, mineral spirits, and diesel fuel. *Journal of Soil Contamination*, Londres: Association for Environmental Health and Sciences Foundation, v. 1, p. 379-386, 1992. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/15320389209383423>>. Acesso em: 8 set. 2016.

DURÃO JR, W. A.; WINDMÖLLER, C. C. A questão do mercúrio em lâmpadas fluorescentes. *Química Nova na Escola*, São Paulo: Sociedade Brasileira de Química, v. 28, n. 1, p. 15-19, 2008. Disponível em: <<http://qnesc.sbq.org.br/online/qnesc28/04-QS-4006.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2016.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – FIESP. *Reciclagem de embalagens plásticas usadas contendo óleo lubrificante*. São Paulo: FIESP, 2007. (Normas e Manuais Técnicos). Disponível em: <<http://www.ciesp.com.br/wp-content/uploads/2012/11/Reciclagem-de-embalagens-pl%C3%A1sticas-usadas-contendo-%C3%B3leo-lubrificante.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2016.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS – FAO. *Status of the World's Soil Resources (SWSR): Main Report*. Food and Agriculture Organization of the United Nations and Intergovernmental Panel on Soils, Roma, 2015. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-i5199e.pdf>>. Acesso em: 3 ago. 2016.

LIMA, V. D.; CAVALCANTI, M. R. *Projeto de Descontaminação de Lâmpadas com Mercúrio*. Programa de Gestão Ambiental. Secretaria de Administração do MPF. Brasil, Procuradoria Geral da República, 2007. Disponível em: <<http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/assets/conteudo/uploads/projeto-de-descontaminacao-de-lampadas-com-mercuro.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2016.

LOPES, G. V.; KEMERICH, P. D. C. Resíduos de Oficina Mecânica: Proposta de Gerenciamento. *Disciplinarum Scientia*, Série: Ciências Naturais e Tecnológicas, Santa Maria: Centro Universitário Franciscano, v. 8, n. 1, p. 81- 94, 2007. Disponível em: <<https://www.periodicos.unifra.br/index.php/disciplinarumNT/article/view/1222/1159>>. Acesso em: 5 set. 2016.

NADIM, F. et al. Detection and remediation of soil and aquifer systems contaminated with petroleum products: an overview. *J. of Petrol, Sci. and Eng.*, Amsterdã: Elsevier, v. 26, p. 169-178, 2000. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0920410500000310?via%3Dihub>>. Acesso em: 3 set. 2016.

NUNES, G. B.; BARBOSA, A. F. F. Gestão de resíduos sólidos provenientes dos derivados de petróleo em oficinas mecânicas da cidade de Natal/RN. In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA/ UEPB, 1., 2012, Campina Grande. *Anais...* Campina Grande: UEPB, 2012. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/enect/trabalhos/Comunicacao_659.pdf>. Acesso em: 6 set. 2016.

PEREIRA, J. L. et al. Tratamento de Resíduos Sólidos. *Revista Gestão Em Foco*, Amparo, UNISEPE, n. 3, mar. 2011. Disponível em: <http://www.unifia.edu.br/projetorevista/edicoesanteriores/Marco11/artigos/gestao/gestao_foco_tratamento_residuos_solidos.PDF>. Acesso em: 4 set. 2016.

REIDLER, N. M. V. L.; GÜNTHER, W. M. R. Gerenciamento de Resíduos constituídos por pilhas e baterias usadas. In: CONGRESSO INTERAMERICANO DE ENGENHARIA

SANITÁRIA E AMBIENTAL, 27., 3 a 8 dez. 2000, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: ABES, 2000. Disponível em:
<<http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/0330EB12/GerenciamentoPilhasBaterias.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2016.

SILVA, M. A. et al. Avaliação do Gerenciamento de resíduos de óleos lubrificantes e suas embalagens em oficinas mecânicas da cidade de Pombal – PB – Brasil. *Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável*, Pombal, Grupo Verde de Agroecologia e Abelha, v. 9, n. 4, p. 53-58, 2014. Disponível em:
<<http://www.gvaa.com.br/revista/index.php/RVADS/article/view/3004/2513>>. Acesso em: 6 set. 2016.

SILVEIRA, E. L. C. et al. Determinação de Contaminantes em óleos lubrificantes usados e em esgotos contaminados por esses lubrificantes. *Química Nova*, São Paulo: Sociedade Brasileira de Química, vol. 29, n. 6, p. 1193-1197, 2006. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-40422006000600009>. Acesso em: 6 set. 2016.

**PERÍFRASES COM GERÚNDIO E COM INFINITIVO PREPOSICIONADO:
REVISITANDO UM DOS ASPECTOS DA HIPÓTESE CONSERVADORA DA
FORMAÇÃO DO PB¹**

Lelia Alves de Oliveira²

Resumo

Este trabalho objetivou investigar o uso de perífrases verbais com gerúndio e com infinitivo preposicionado em textos autênticos, não literários, produzidos entre os séculos XVI e XX em Portugal, e entre os séculos XVIII e XX no Brasil. Observou-se sua ocorrência e frequência, de maneira a reunir dados que possibilitassem argumentar a favor ou contra o que defende a hipótese conservadora, ao afirmar que o uso da perífrase com gerúndio é uma herança do Português Arcaico que perdura no Português Brasileiro. Pretendeu-se, ainda, observar as transformações ocorridas no Português Europeu (PE) e no Português Brasileiro (PB), principalmente em relação a aspectos inovadores da variedade brasileira, considerando sua evolução. Como referencial teórico, foram revisitados os postulados de alguns defensores da hipótese conservadora, como Serafim da Silva Neto, Celso Cunha e Volker Noll. A análise das ocorrências encontradas indicou que já se fazia uso da perífrase com gerúndio no século XVI, e que tal uso veio a ser substituído em PE, séculos mais tarde, pela perífrase com infinitivo preposicionado, enquanto em PB seu uso se manteve, confirmando um dos pressupostos da hipótese conservadora.

Palavras-chave: Hipótese conservadora. Perífrase com gerúndio. Perífrase com infinitivo preposicionado. Português Brasileiro. Português Europeu.

Abstract

This essay aimed to investigate the use of verbal periphrases with gerund and with prepositional infinitive, in authentic non-literary texts produced between the 16th and 20th centuries in Portugal, and between the 18th and 20th centuries in Brazil. Their occurrence and frequency were observed in order to collect data that would make it possible to argue for or against what the conservative hypothesis defends, i.e that the use of periphrasis with gerund is an inheritance of Archaic Portuguese that persists in Brazilian Portuguese. Furthermore, it was intended to observe the transformations that occurred in European Portuguese (PE) and Brazilian Portuguese (PB), mainly in relation to innovative aspects of the Brazilian variety, considering its evolution. As a theoretical reference, the postulates of some proponents of the conservative hypothesis, such as Serafim da Silva Neto, Celso Cunha and Volker Noll, were revisited. The analysis of the occurrences collected indicated that periphrasis was already used with gerund in the 16th century, and that this use was replaced in PE, centuries later, by the periphrasis with prepositional infinitive, while in PB its use was maintained, confirming one of the assumptions of the conservative hypothesis.

Keywords: Conservative hypothesis. Periphrases with gerund. Periphrases with prepositional infinitive. Brazilian Portuguese. European Portuguese.

¹ Artigo resultante do Trabalho de Curso realizado sob a orientação da profa. Esp. Isabel Cristina Alvares de Souza, como exigência parcial para a obtenção da graduação em Letras – Licenciatura Português/Inglês do Centro Universitário Padre Anchieta, submetido a banca examinadora e aprovado em 2016.

² Graduada em Letras pelo Centro Universitário Padre Anchieta. Contato: lelia.oliveira.jnd@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

As diferenças entre o Português Brasileiro (PB) e o Português Europeu (PE) têm sido abordadas por diversos estudiosos da linguagem, em trabalhos sobre os aspectos fonético-fonológico, morfológico e/ou sintático. Mesmo com o advento dos acordos ortográficos, que objetivam instituir uma ortografia unificada da Língua Portuguesa, ainda se percebe estigmatizada a variedade brasileira, como se tivesse se desvirtuado da “matriz” europeia.

Dentre os estudos e as hipóteses que tentam explicar a diferença entre o PB e o PE, está a hipótese conservadora/arcaizante, que defende que grande parte das diferenças entre as duas vertentes do português se deve ao fato de que o primeiro conservou aspectos do Português Arcaico (PA), ao passo que o segundo teria inovado em relação a esses aspectos. Essa hipótese tem sido defendida e estudada por muitos pesquisadores, dentre os quais se destacam Serafim da Silva Neto, pioneiro na área de dialetologia no Brasil, que se concentrou no estudo dos aspectos fônicos e lexicais do português e contribuiu com vasta obra na área, incluindo-se *Introdução aos estudos da língua portuguesa no Brasil* (1950) e *História da Língua Portuguesa*, publicada entre 1952 e 1957, com uma segunda edição ampliada em 1970, que conta com maestria a história e cultura da língua, reunindo intensa pesquisa, análise de documentos e interpretações pessoais do autor. Outro nome importante é o de Celso Cunha, que no ensaio *Conservação e inovação no português do Brasil*, publicado em 1986 na revista literária *O eixo e a roda*, privilegia os aspectos sintáticos.

Entre as diferenças do PB para o PE que sustentam a hipótese, aponta-se o uso das perífrases verbais relativas ao aspecto verbal durativo, que no PB se constroem com o verbo auxiliar mais o gerúndio (p. ex. estar fazendo), e que no PE se constroem com o verbo auxiliar mais o infinitivo preposicionado (p. ex. estar a fazer). Cunha (1986) e Noll (2008) afirmam que a perífrase usada no Brasil configura um aspecto conservador da língua, pois já era usada no Português Arcaico, ao contrário da forma padrão comum em Portugal, que só passou a ser usada em finais do século XVIII e começo do XIX.

A partir dessas premissas e pressupostos, pretende-se, por meio da investigação de extensa literatura que versa sobre a questão da hipótese conservadora/arcaizante do PB, juntamente à análise quantitativa e qualitativa de ocorrências coletadas de um conjunto de textos produzidos entre os séculos XVI e XX, tanto no Brasil quanto em Portugal³, verificar o

³ O *corpus* deste trabalho compõe-se de textos autênticos, excluindo-se textos literários. Essa limitação de escopo decorre do fato de que os textos literários apresentam em sua tessitura o trabalho mais criativo com a

uso das perífrases com gerúndio e com infinitivo preposicionado, observando suas ocorrências e suas frequências, de maneira a reunir dados que possibilitem argumentar a favor ou contra a afirmação de que o uso da perífrase com gerúndio é realmente uma herança do Português Arcaico que perdura ainda hoje no PB. Objetiva-se, ainda, contrastar o uso de ambas as perífrases para argumentar a respeito das transformações que ocorreram na evolução do PB, especialmente no que tange aos aspectos e traços tidos como inovadores ou conservadores, considerando o seu desenvolvimento diacrônico. Dessa forma, pretende-se olhar as diferenças entre PB e PE com uma lente mais neutra e objetiva, por meio de pesquisa que não apenas exponha as diferenças entre as vertentes, mas que também privilegie a análise de documentos e textos de época acerca da constituição e organização de ambas as línguas, tanto em relação ao aspecto sintático em estudo, quanto em relação ao aspecto semântico relativo à formação dessas perífrases. Objetiva-se, assim, investigar e revisar no interior da hipótese conservadora/arcaizante um dos aspectos que a sustentam e a legitimam.

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Muitas particularidades do Português Brasileiro (PB) foram explicadas, em um primeiro momento, como influências das línguas dos povos que aqui habitavam (línguas ameríndias), e posteriormente, das línguas africanas. Entretanto, alguns filólogos brasileiros procuraram diminuir um pouco o impacto das línguas indígenas e africanas sobre as diferenças do português do Brasil em relação ao português europeu, analisando a questão por outro viés. (SCHERRE; NARO, 2007). Serafim da Silva Neto foi um dos primeiros a propor uma tese do conservadorismo, conjugando dados históricos e etnográficos, objetivando corrigir as distorções e apontar novos rumos ao estudo do tema. A partir de sua obra, Celso Cunha (1986) também estudou e analisou a variedade brasileira da Língua Portuguesa, mas, diferentemente de Silva Neto, que se concentrou em aspectos de ordem fonético-fonológica, Cunha se propôs a estudar também os aspectos sintáticos da língua, elencando alguns dos fatos de morfossintaxe considerados conservadores. Scherre e Naro comentam (2007, p. 115):

Na linha do princípio uniformitarista — explicitado em Christy (1983: ix, apud Labov, 1994:21) — de que “o conhecimento de processos que operaram no passado pode ser inferido pela observação de processos em andamento no presente”, estamos usando fatos do presente [...] para projetar estruturas que certamente ocorreram no passado [...].

linguagem, acarretando maior liberdade quanto ao estilo e ao tratamento dado à linguagem, o que poderia influenciar os resultados, pois os traços analisados em determinado texto poderiam enquadrar-se mais ao aspecto estilístico, intrínseco ao autor, do que a um registro do uso corrente da língua da época.

Desta maneira, seria possível inferir a deriva do PB a partir de resquícios de seus antepassados linguísticos, tendo como contraponto estudos variacionistas sincrônicos.

Outra teoria que também contribuiu para a tese do conservadorismo do PB é a teoria da deriva linguística, noção que surgiu com Edward Sapir, que observou:

[...] a língua se move ao longo do tempo num curso que lhe é próprio. Tem uma deriva. [...] Embora não percebamos, nossa língua tem uma inclinação [...] as mudanças dos próximos séculos estão em certo sentido prefiguradas em certas tendências não perceptíveis no presente (SAPIR, 1921, p. 150; 155 apud SCHERRE; NARO, 2007, p. 26).

Scherre e Naro (2007) destacaram que os colonizadores portugueses não falavam a variedade padrão da língua da época, mas uma variedade permeada por dialetos e que já possuía “as sementes da variação”, com algumas características que vieram a se intensificar no Brasil ao longo de sua história. Eles verificaram que certas características de uso comum no PB já existiam em Portugal antes do período da colonização, perdurando ainda nos dias de hoje em regiões rurais onde se encontram variedades sem prestígio, diferentes do PE padrão.

Um argumento que corrobora a hipótese do conservadorismo é o fato de que não foi apenas o PB que apresentou traços de estagnação. Cunha (1986) equipara a estagnação ocorrida com o PB e a do castelhano das diversas colônias espanholas da América Latina. Sobre a chegada do português e do castelhano à América, Queriquelli (2012) menciona que ambas as línguas encontraram um contexto totalmente novo e radicalmente diferente ao serem transplantadas. De acordo com o autor, enquanto ambas as línguas vinham sofrendo mudanças ao longo do tempo em solo europeu, no novo continente, tanto uma quanto outra estagnaram, justamente pela necessidade de adaptação às novas condições, e essa hipótese, de acordo com ele, foi formulada e proposta de modos variados por diferentes autores.

Serafim da Silva Neto foi um deles, argumentando com aspectos relativos ao isolamento geográfico e cultural; segundo ele, as mudanças no idioma teriam estacionado em relação à língua de origem devido ao transplante para o novo contexto (desarraigamento da língua; fratura na transmissão linguística). Em sua deriva no novo ambiente, formaram-se ilhas de estagnação (arcaizantes):

Tais áreas arcaizantes estão muito afastadas dos grandes centros, já por causa de obstáculos naturais: um rio, uma cadeia de montanhas, já por falta de comunicações. Há lugares que nunca viram um automóvel! Portanto o *isolamento* facilitou a *estagnação* da língua, mantendo-se, pelo Brasil adentro, verdadeiras *ilhas culturais*. Algumas têm, até, caráter especialíssimo, extra-romântico. [...] Confirma-se, pois, o princípio de que as áreas mais isoladas são mais arcaicas. [...] A língua é uma sucessão de fases, de continuidades: cada fase é resultante das anteriores. Ora, viajando para o Brasil, o português foi desarraigado. Provocou-se, desse modo, um

desengranzamento de sincronias, do que resultou a *ossificação* do idioma. Houve, em suma, *uma fratura na transmissão linguística*. Essa fratura foi menor no litoral e muito maior no interior... (SILVA NETO 1977, p. 188-189; grifos do autor).

Essa língua construída no Brasil, até se estabelecer e alcançar gerações de falantes, teve seu desenvolvimento comprometido em relação à língua que continuou seu curso normal na Europa, conservando traços do português quinhentista. Cunha (1986), ao se posicionar sobre as condições socioculturais mais propícias à conservação do que à renovação, argumenta:

Tendo vivido mais de trezentos anos sem contacto com outros povos, sem imprensa, sem núcleos culturais de importância, com um número exíguo de escolas, a América Lusitana foi alcançando nesse largo período algumas das etapas que levam os povos aos estados linguísticos paralisantes. (p. 202-203).

Ataliba de Castilho (1999) trata a questão do conservadorismo como uma hipótese interpretativa do PB, apresentando duas posições opostas que procuram interpretá-lo ora como uma modalidade conservadora, mantendo aspectos do português trazido pelos colonizadores, ora como uma modalidade inovadora, por se afastar do PE. Cunha (1986) também aborda esse caráter conservador e inovador da língua, informando que no período de gestação dos traços mais marcantes de nossa fala, nos séculos XVI e XVII, vieram para o Brasil indivíduos de diferentes partes de Portugal, cuja fala, própria de seu tempo, tinha marcas mais conservadoras ou inovadoras, conforme sua origem, o Norte mais conservador ou o Sul mais inovador, que já representava um modelo seletivo em expansão, com o objetivo de eliminar toda e qualquer marca de regionalismo.

Sobre a neutralidade das categorias de arcaicidade e inovação, sujeitas a referências no espaço e no tempo, e como isso se aplica ao PB desde o século XVI, Noll (2008) afirma:

Arcaicidade e inovação são categorias neutras, dependentes de uma variedade de referência que se orienta idealmente por alguma norma linguística. Para o português europeu, tradicionalmente, é a linguagem da metrópole no território entre Coimbra e Lisboa que exerce adequadamente essa função com relação à expansão colonial. Assim, comparam-se, na perspectiva diatópica, as características lingüísticas ali estabelecidas desde o início da diferenciação no século XVI com as alterações que ocorreram em seguida. Se a diferenciação lingüística partisse do português europeu, então o português brasileiro se mostraria como conservador. Já se a novidade iniciasse no Brasil, o português brasileiro seria considerado como inovador. (p. 278).

Os traços conservadores e inovadores do PB provêm da variação linguística, comum a todas as línguas, podendo se manifestar de variadas formas. Destacam-se aqui as variações diacrônica e diatópica, por serem estas mais relevantes para o presente estudo.

Tânia Maria Alkmim (2011) considera as línguas como continuações históricas, e, assim, as variações no tempo (diacrônicas) constituem a história de qualquer língua. Sobre

essa variação, Ilari e Basso (2011) explicam que as línguas têm uma história externa, relacionada à evolução em suas funções sociais e em suas relações com dada comunidade linguística. Como fatos da história externa da língua portuguesa, podem-se apontar sua formação como língua românica e sua difusão pelas colônias portuguesas. A história interna da língua diz respeito às alterações em sua gramática: fonologia, morfologia e sintaxe. Os autores mencionam que a variação diacrônica não ocorre somente em espaços de séculos, podendo ser notada comparando-se o uso da língua por sujeitos de diferentes gerações.

Outra variação igualmente relevante para a análise de uma língua é a que se apresenta na dimensão geográfica, a variação diatópica, e ocorre quando uma língua é falada em diferentes países ou em regiões distintas de um mesmo país (ILARI; BASSO, 2011). É sob o viés diatópico que as variedades de português faladas na Europa, na Ásia, na África e no Brasil podem ser comparadas. Quanto às diferenças entre as variedades brasileira e europeia, os autores destacam as diferenças fonológicas, como a pronúncia do /R/ vibrante em PE, as diferenças lexicais, como “rapariga” e “moça”, e as diferenças sintáticas, como a questão das perífrases verbais com gerúndio e com infinitivo preposicionado.

Por meio de uma análise diatópica, é possível verificar as diferenças entre PB e PE, e um estudo diacrônico possibilita verificar quais aspectos da língua podem ser considerados conservadores e quais podem ser considerados inovadores.

Em geral, as diferenças na lusofonia são entendidas como desvios do PE (NOLL, 2008). Assim, a descrição da variedade brasileira parte do conceito de brasileirismo. Noll apresenta as definições de brasileirismo propostas por João Ribeiro, Celso Cunha e Antônio Houaiss⁴, defendendo que se considere também a dimensão diacrônica, em que um brasileirismo se definiria como uma estrutura “que está em contraste com o padrão historicamente referencial do português europeu e deve ser associado ao português brasileiro ou uma parte do seu território linguístico, seja quanto à origem, seja quanto ao uso.” (p. 42). Para Castilho (1999), algumas características apontadas como tipicamente brasileiras, quando reestudadas mais profundamente direcionaram para a interpretação de que se tratava de outros fenômenos.

⁴ Para João Ribeiro (1889, p. 74 apud NOLL, 2008, p. 42), trata-se de uma “expressão que damos a toda casta de divergências notadas entre a linguagem portuguesa vernacula e a falada geralmente no Brasil”. Celso Cunha (1987 apud NOLL, 2008, p. 42), embora tenha esclarecido a temática por diversos pontos de vista, não chegou a apresentar uma definição precisa e concisa para o termo. Houaiss (2001, s.v. apud NOLL, 2008, p. 42) afirma que tomando brasileirismo em sentido lato, este pode ser entendido como qualquer fato de linguagem pertencente aos aspectos fonético, morfológico, sintático, lexical, estilístico, próprio do português do Brasil. Interpretado do ponto de vista lexical, refere-se a palavra, locução ou acepção privativa do português do Brasil.

Sobre a perífrase verbal com gerúndio, Paul Teyssier (1997) afirma ser um brasileirismo.⁵ Como admitem Cunha (1986) e Noll (2008), a construção estar (andar etc.) seguida de gerúndio, frequente no PB, é a mais antiga no idioma e ainda hoje é usada em algumas regiões do Sul de Portugal, nos Açores e nos países africanos de língua oficial portuguesa. Estudos comparativos mostram que os portugueses começaram a usar a perífrase estar, andar etc. seguida de infinitivo entre os séculos XVIII e XIX, mas que seu uso teria se consolidado apenas na primeira metade do século XX. No século XIX, escritores portugueses como Eça de Queirós ainda faziam uso da perífrase verbal com gerúndio.

Sendo a perífrase com gerúndio a mais antiga na língua portuguesa, uma investigação sobre a origem do gerúndio torna-se pertinente e necessária à compreensão de seu uso no idioma. O gerúndio é uma das formas nominais do latim clássico, juntamente com infinitivo, gerundivo, particípio e supino, e essas formas poderiam desempenhar funções de verbos, nomes e adjetivos, ou ser usadas em construções com valor adverbial (SIMÕES, 2007).

Descrito pelas gramáticas como um substantivo verbal, o gerúndio latino, em sua forma finita, é flexionado como um neutro singular da segunda declinação nos casos oblíquos, a saber, genitivo (*Tempus studendi* – “O tempo de estudar”), dativo (*Aptus studendo* – “Apto para estudar”), acusativo (*Eo ad studendum* – “Vou estudar”) e ablativo (*Discitur studendo* – “Aprende-se estudando”). Já no nominativo (*Studere est utile* – “Estudar é útil”) e no acusativo (*Cupio studere* – “Desejo estudar”), o gerúndio não sofre flexão, mantendo-se no infinitivo nas construções em que a forma infinita é exigida. (cf. SIMÕES, 2007, p. 27).

Odette de Campos (1972) comenta que o gerúndio é uma forma particular do latim, quando comparada às formas como o gerundivo e o particípio presente, que embora mantenham certa semelhança, possuem uma amplitude maior em relação às funções que exprimem. O gerúndio e o gerundivo tinham por função completar a flexão do infinitivo, por este não possuir flexão própria e só ocorrer com valor nominal nos casos nominativo e acusativo. A diferença entre as formas é que enquanto o gerundivo ocorria apenas na presença de objeto direto, o gerúndio, a depender do caso, podia ocorrer com ou sem objeto direto.

O ablativo foi o caso do gerúndio de mais destaque no período arcaico do latim, sendo empregado com maior frequência que os demais desde o período mais remoto da língua. No período clássico, ele indicava o meio ou o instrumento com que se realizava a ação. As

⁵ O autor ainda frisa que esse é um brasileirismo pertencente à língua normal, no sentido de ser “correto”, em comparação com outros aspectos que pertencem a registros tidos como vulgares, sendo assim considerados “incorretos”. (cf. TEYSSIER, 1997, p. 105).

demais circunstâncias, como tempo, causa, concessão e modo, eram expressas pelo particípio presente, uma forma adjetiva do verbo, que se referia a um determinado termo da oração. Essa distinção entre o ablativo e o particípio presente, rígida no período clássico, foi desfazendo-se posteriormente, tornando-se comum o uso de uma forma pela outra. (CAMPOS, 1972).

De todos os casos de gerúndio do latim, apenas o ablativo se conservou nas línguas românicas, com maior flexibilidade do que no período clássico, por ter desenvolvido funções do particípio presente, explica Campos (1972), que enumera cinco tipos de gerúndio nas línguas românicas: o gerúndio circunstancial (de modo, tempo, causa, concessão, e eventualmente, de consequência e finalidade); o gerúndio adjetivo, com função adjetiva que era própria do particípio presente; o gerúndio coordenado a verbo, que altera a relação entre gerúndio e verbo ao se justapor ao verbo principal em vez de se subordinar a ele; o gerúndio equivalendo a um verbo no modo finito, com certa independência sintática, sem a necessidade de vir coordenado a outro verbo finito; e as perífrases com gerúndio.

Em relação a esse último tipo, Simões (2007) afirma que no período mais tardio do latim ressurgiram algumas perífrases formadas com o ablativo do gerúndio que exprimiam o aspecto durativo ou progressivo de uma ação em movimento. Othoniel Motta (1974 apud SIMÕES, 2007) comenta que a capacidade do gerúndio de formar perífrases foi herdada do particípio presente, que se ligava como atributo ao verbo “ser” e a outros verbos de ligação.

No que tange à questão da formação da perífrase verbal, e a consequente implicação da ideia de uma ação em desenvolvimento, convém adentrar noções relativas ao aspecto verbal.

Existem inúmeras definições para a categoria de aspecto verbal. Castilho (1968, p. 14) a definiu como “a visão objetiva da relação entre o processo e o estado expressos pelo verbo e a ideia de duração ou desenvolvimento. É a representação espacial do processo”. Garcia (1983, p. 65) descreve aspecto como “a representação mental que o sujeito falante faz do processo verbal como duração”. Costa (1997, p. 38) apresenta-o como uma “categoria linguística que marca a referência ou não à estrutura temporal interna de um fato”.

Para Wachowicz e Foltran (2006), a respeito do aspecto é possível referir diferentes fatos linguísticos que permitem dar sentido a uma sentença. Há o domínio do aspecto lexical e o domínio do aspecto gramatical, que frequentemente se confundem. O primeiro, que não se limita ao nível lexical e está em geral relacionado às classes aspectuais, diz respeito a “propriedades lexicais que ou são caracterizadas por uma morfologia derivacional ou não são lexicalmente caracterizadas” (p. 211). É nesse contexto que se insere a oposição télico *versus*

atético.⁶ Já o domínio do aspecto gramatical em algumas línguas é caracterizado por sua morfologia flexional, o que leva à distinção entre o perfectivo *versus* o imperfectivo.

Castilho (2014) resume a Aspectologia em três fases. Na primeira, léxico-semântica, as noções aspectuais são atribuídas ao sentido do verbo. Na segunda, semântico-sintática, estuda-se o aspecto como produto da combinação das classes aspectuais do verbo com a flexão e com os verbos auxiliares, além da combinação do verbo com seus argumentos e com os adjuntos adverbiais. Nessa fase o aspecto passa a ser considerado uma propriedade da predicação. Na terceira fase, discursiva, o foco da análise recai sobre as condições favoráveis para o surgimento de cada tipo de aspecto.

Por ser a categoria de tempo compreendida como uma propriedade da predicação, assim como a de aspecto, Castilho (2014), com base em Bühler (1934/1961), ao dividir os campos linguísticos em simbólico e dêitico, distingue essas categorias, associando o aspecto ao campo simbólico e o tempo ao campo dêitico. O autor afirma que o tempo só pode ser interpretado tomando-se como ponto de referência a posição do falante em relação ao enunciado. Além disso, o tempo está sujeito à noção de intervalo e duração entre um ponto e outro, o que não ocorre com o aspecto, que possui autonomia suficiente, não sujeito à noção de intervalo, uma vez que “o aspecto caracteriza o evento narrado sem envolver seus participantes e sem referência ao evento de fala. [...] O aspecto quantifica o evento narrado. O tempo caracteriza o evento narrado com referência ao evento de fala. [...]” (JAKOBSON, 1957 apud CASTILHO, 2014, p. 418). Nesse sentido, o tempo pressupõe o aspecto, mas o inverso não ocorre.

Costa (1997) também distingue as categorias de tempo e aspecto. De acordo com a autora, embora ambas as categorias tenham por base referencial o tempo físico, a distinção entre elas dá-se do ponto de vista semântico, a partir da concepção do que define como tempo interno, atribuído ao aspecto, que difere do tempo externo, atribuído à categoria de tempo. Dessa forma, as noções semânticas de tempo referem-se “à localização do fato enunciado relativamente ao momento da enunciação” (p. 19). As noções relacionadas ao aspecto são as de duração, instantaneidade, começo, desenvolvimento e fim, que se referem “a maneira como o tempo decorrido dentro dos limites do fato é tratado.” (p. 19). Assim, a categoria de

⁶ Wachowicz e Foltran (2006, p. 217) explicam que ações atéticas “uma vez iniciadas, podem se desenrolar indefinidamente, pois a natureza dessas eventualidades não determina seu ponto final”. As ações téticas “se encaminham em direção a um ponto final, cujas propriedades são determinadas pela descrição do evento”. Castilho (1968, p. 55) explica que os verbos téticos possuem semantemas que exprimem uma ação tendente a um fim, sem o qual ela não se dá, como em “morrer”, “cair” etc. Há semantemas que expressam o processo em sua duração, dispensando-se um completamento, como em “andar”, “viver” etc. É o caso dos verbos atéticos.

tempo entende o fato como ponto distribuído na linha do tempo, ao passo que a categoria de aspecto trata o fato como se este pudesse conter frações de tempo dentro de seus limites.

Conforme Castilho (1968), a categoria de aspecto em português é assim classificada: quando a ação verbal indica uma duração, tem-se o aspecto imperfeito; quando indica uma ação cumprida, neste caso, com valor de completamento, contrária à noção de duração, tem-se o aspecto perfeito; o aspecto iterativo refere a ação verbal que se repete. O aspecto indeterminado refere a ausência de qualquer uma das categorias, seja de aspecto, seja de tempo, com valor neutro. Sobre a distinção entre perfeito e imperfeito, Costa (1997) considera este como o termo marcado semanticamente, enquanto aquele não é marcado. Essa definição se baseia na constatação de que o falante, durante um fato enunciado, pode ou não considerar a constituição temporal interna deste fato; enquanto o imperfeito expressa a temporalidade interna do fato enunciado, o perfeito não apresenta marca que a expresse.

Em obra mais recente, Castilho (2014) divide o aspecto em uma face qualitativa (aspectos imperfeito e perfeito), e uma face quantitativa (aspectos iterativo e semelfactivo). O aspecto perfeito se subdivide em pontual, que é o perfeito por excelência ao indicar início e fim de uma ação, sem menção às fases do processo, e resultativo, que indica o consequente resultado de uma ação acabada. O aspecto iterativo indica a repetição tanto de ações durativas quanto de ações pontuais, representando uma quantificação do imperfeito e do perfeito. A distinção entre iterativo e semelfactivo decorre da quantificação da ação durativa: a singular constitui o aspecto imperfeito semelfactivo, enquanto a que se repete configura o iterativo imperfeito.

Conforme Castilho (2014), o valor durativo, próprio do imperfeito, inclui três subdivisões: o inceptivo expressa uma ação cujo início se destaca, podendo ser expresso por verbos como “começar” e “principiar”, auxiliares, seguidos pelo principal no infinitivo ou gerúndio. A segunda subdivisão é o cursivo, considerado o imperfeito por excelência, que apresenta o processo em seu desenvolvimento, ignorando seu início ou fim. A terceira subdivisão é o terminativo, que indica uma ação marcada pelo seu término, expresso por verbos auxiliares como “acabar” e “terminar”, seguidos do principal no infinitivo.

Em português, as perífrases verbais são o recurso mais produtivo para a expressão do aspecto (COSTA, 1997). Considerando que as perífrases que interessam a este estudo são as que expressam duração, se faz necessário explorar um pouco mais o imperfeito cursivo, principalmente no que tange às perífrases com gerúndio e com infinitivo preposicionado.

As perífrases que exprimem duração apresentam os verbos “ficar”, “continuar”, “seguir”, “estar”, “ir”, “vir” e “permanecer”, seguidos do verbo no infinitivo, antecedido da preposição “a”, ou seguidos de verbo no gerúndio. A perífrase formada por “estar” é considerada a mais versátil, pois pode indicar não apenas ação cursiva, mas também inceptiva, resultativa e cessativa. (CASTILHO, 1968).

Quando os verbos no gerúndio, indicadores de mudança de estado, expressam gradação do processo, as perífrases constituem um subtipo do imperfectivo cursivo, o cursivo progressivo. Em geral, são auxiliares os verbos “ir” e “vir”, e o verbo principal é semanticamente progressivo ou tem o sufixo *-ecer*, pois a noção de estado de mudança própria dos verbos incoativos já implica uma gradação. Há ainda perífrases em que a noção de progresso se dá pelo conjunto formado pelos verbos auxiliar e principal (CASTILHO, 1968). O autor ainda explica que o valor aspectual expresso pelas perífrases depende dos seus elementos componentes, podendo decorrer da natureza semântica do verbo auxiliar, do verbo principal ou do conjunto formado por eles, configurando dois casos distintos, conforme o semantema de ambos os verbos pertençam à mesma classe, originando um aspecto correspondente, ou os verbos sejam distintos semanticamente quanto ao aspecto produzido.

A duração expressa pela perífrase pode sofrer variação conforme o adjunto adverbial que a acompanha, prossegue Castilho (1968), explicando ainda que adjuntos adverbiais que denotam a extensão do tempo podem tornar durativos os verbos de tendência télica.

Sobre os verbos auxiliares, Wachowicz (2006) comenta que verbos tradicionalmente considerados auxiliares possuem traços aspectuais específicos. Os verbos auxiliares derivam dos verbos plenos pelo processo de gramaticalização. A autora destaca que nem todos os verbos podem assumir a posição de auxiliar porque em todos há traços semânticos que se mantêm desde a fase lexical até a gramatical, como os de duração e atelicidade, fenômeno conhecido como “persistência”. Em “estar” mais o gerúndio, ela explica que esse verbo, antes pleno, que significava “estar de pé”, perde esse significado, entrando em processo de gramaticalização e integrando perífrases. Ainda de acordo com a autora, o verbo “vir” parece ser o menos gramaticalizado, pois mantém significado referencial de localização espacial, mesmo nos casos em que há gerúndio, quando se intercalam termos locativos. A questão dos localizadores espaciais também pode ser aplicada em sentenças com o verbo “estar”, mantendo-se seu significado original. Nas sentenças em que há termos locativos, esses verbos, por estarem menos gramaticalizados, não apresentam comportamento de auxiliar.

Apresentado um breve panorama do que vem a ser a questão do aspecto verbal e sua categorização, convém ressaltar que as perífrases que interessam ao presente trabalho são as com gerúndio e com infinitivo preposicionado, quando elas realizam o aspecto imperfeito cursivo, que expressa as noções de duração, continuidade e progressividade, e, neste caso, apenas as construções permutáveis, do tipo “estou dançando” / “estou a dançar”.

3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A análise realizada apurou o uso e a frequência de perífrases com gerúndio e com infinitivo preposicionado em textos dos séculos XVI a XX, produzidos em Portugal, e dos séculos XVIII a XX, produzidos no Brasil, a fim de investigar pressupostos que sustentam a hipótese do conservadorismo, em relação aos traços tidos como inovadores e conservadores.

O *corpus* conta com 80 textos autênticos, não literários, neste estudo entendidos como textos ordinários, ou seja, do cotidiano. Entre os gêneros mais recorrentes estão o tratado, o decreto, o discurso, a carta e textos do gênero jornalístico, como a notícia, a reportagem e o editorial. Para cada um dos séculos supracitados foram selecionados dez textos produzidos em Portugal e dez textos produzidos no Brasil. Os textos foram retirados dos acervos digitais da Biblioteca Nacional de Portugal, da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, da Biblioteca Digital da Universidade do Porto, da Hemeroteca Municipal de Lisboa e do acervo digital do projeto Para Uma História do Português do Brasil (PHPB). Durante a seleção, não foram encontrados textos produzidos no Brasil entre os séculos XVI e XVII, que correspondessem aos requisitos anteriormente citados. Dentre os fatores que podem justificar a ausência de dados nesses dois séculos, cita-se o fato de que a chegada dos primeiros colonos no Brasil deu-se apenas em meados de 1530, e a implantação da língua portuguesa no país, considerando extensão territorial e a concorrência com as demais línguas já faladas aqui, levou alguns séculos até ganhar território e abrangência. (CASTILHO; ELIAS, 2012).

Os excertos dos textos utilizados nesta análise reproduzem fielmente o que foi encontrado nos acervos das bibliotecas, o que justifica, em alguns casos, a falta de elementos identificadores de suas referências. Dos 80 textos selecionados para a pesquisa (totalizando 956 páginas), 47 apresentaram ocorrências, sendo 22 produzidos no Brasil e 25 produzidos em Portugal. Quanto ao número de ocorrências, foram 129 em textos em PB e 69 em textos em PE, apesar de o período investigado em Portugal ter sido maior.

Para melhor expor os resultados obtidos, optou-se por segmentar a análise em três seções: na primeira, analisa-se a frequência de ambas as perífrases por século e por variedade geográfica do português; na segunda, analisam-se os verbos auxiliares usados em ambas as perífrases; por fim, o foco se volta para a variedade brasileira, de maneira a identificar aspectos inovadores do português no Brasil durante o período investigado.

Tabela 1 – As ocorrências: Português Europeu (PE) versus Português Brasileiro (PB)

Séculos	PE			PB		
	Ocorrências	Gerúndio	Infinitivo	Ocorrências	Gerúndio	Infinitivo
XVI	8 (4 textos)	8	-	-	-	-
XVII	14 (5 textos)	14	-	-	-	-
XVIII	12 (5 textos)	12	-	7 (4 textos)	7	-
XIX	25 (6 textos)	17	8	39 (9 textos)	36	3
XX	10 (5 textos)	4	6	83 (9 textos)	80	3
TOTAL	69 (25 textos)	55	14	129 (22 textos)	123	6

Fonte: Elaborada pela autora.

Dos 50 textos em PE selecionados, 25 apresentaram ocorrências, totalizando 69. Desse número, 14 são perífrases com infinitivo preposicionado, encontradas em textos dos séculos XIX e XX. Esse resultado confirma a tese já exposta neste trabalho, segundo a qual o uso da perífrase com gerúndio se verifica desde o Português Arcaico, e a perífrase com infinitivo preposicionado começou a ser usada entre o final do século XVIII e o início do XIX.

Percebeu-se ainda que nos textos desses séculos em que foram encontradas as perífrases com infinitivo preposicionado também ocorreram as perífrases com gerúndio, o que parece evidenciar o período de transição no uso dessas perífrases, que surgem como formas concorrentes. Isso pode ser verificado nos excertos a seguir, retirados de um texto de 1858.

[...] pedi a Deos que vos não deixe cahir em tentação, e armai-vos de fortaleza contra esses diabos tentadores, que por ahi andam a fazer conlôios, a concertar transacções facciosas, a passar listas, e ganhar votos de eleitores, enganando a uns com promessas, intimidando outros com ameaças, [...] (p. 8.).

Algumas páginas à frente, encontra-se o uso da perífrase com gerúndio.

[...] pavoneando-se a fallar de si, e das suas cousas, como se nada houvesse mais bello; sem se lembrarem de que alli estam fazendo despesas á Nação [...] (p. 23).

Tanto as perífrases com infinitivo como as perífrases com gerúndio ocorreram em maior número nos textos do século XIX, no qual o uso da perífrase com infinitivo estava se

estabelecendo. A diminuição do número de perífrases com gerúndio nos textos do século XX e a ocorrência de perífrases com infinitivo em todos os textos investigados do período confirmam a progressiva substituição de uma perífrase por outra.

Também no PB foram encontradas ocorrências de perífrase com infinitivo preposicionado; de um total de 129 perífrases, seis são de infinitivo preposicionado, divididas igualmente em dois textos do século XIX e um texto do século XX. Nos textos do século XX foram encontradas ambas as perífrases, o que leva a uma reflexão acerca das mudanças por que estava passando a variedade europeia e sua influência no Português Brasileiro da época.

Em relação às ocorrências da perífrase com gerúndio, percebeu-se um aumento progressivo, assim como no número de textos que apresentaram as ocorrências. Nos séculos XIX e XX, esse número empatou, no entanto, as ocorrências encontradas nos textos do século XX somam mais que o dobro daquelas encontradas nos textos do século anterior.

De maneira geral, o que os dados encontrados nos permitem observar é que, considerando o número de ocorrências, tanto em PE quanto em PB, o uso de perífrases, seja com gerúndio seja com infinitivo preposicionado, foi consideravelmente menor em Português Europeu, o que leva a pensar que seu uso seja mais comum no Brasil que em Portugal.

Tabela 2 – As ocorrências: Os verbos auxiliares

	PE XVI	PE XVII	PE/PB XVIII	PE/PB XIX	PE/PB XX	TOTAL
achar	-	-	-/1	2/-	1/-	4
andar	2	-	2/1	10/-	1/-	16
continuar	-	-	-	-/1	1/2	4
estar	-	10	3/-	10/15	2/51	92
ficar	-	-	1/-	-/1	1/2	5
ir	6	3	5/5	3/21	3/11	57
vir	-	1	1/-	-	1/17	20
viver	-	-	-	-/1	-	1
TOTAL	8	14	12/7	25/39	10/83	

Fonte: Elaborada pela autora.

Tabela 3 – As ocorrências: Gerúndio (G) versus Infinitivo (I)

	G/I	G/I	G/I	G/I
	XIX (PE)	XIX (PB)	XX (PE)	XX (PB)
achar	2/-	-/-	1/-	-/-
andar	2/8	-/-	-/1	-/-
continuar	-/-	1/-	-/1	2/-
estar	10/-	13/2	-/2	48/3
ficar	-/-	1/-	-/1	2/-
ir	3/-	20/1	3/-	11/-
vir	-/-	-/-	-/1	17/-
viver	-/-	1/-	-/-	-/-
TOTAL	17/8	36/3	4/6	80/3

Fonte: Elaborada pela autora.

Nos casos em que o verbo auxiliar se distribuiu para mais de um verbo principal, a contabilidade foi feita sobre os verbos principais. Foi o caso dos excertos a seguir, retirados de textos produzidos em Portugal, nos anos de 1655 e 1858, respectivamente:

[...] Que dirá quem souber, que no mesmo tempo em q nestes Altos, & Poderosos Estados, se estavão fazendo mimos, & bãquetes ao Embaixador de S. Magestade [...] & restituição à Coroa, que a tirania de Castella lhe usurpado, estava Pê de Pao vassallos de Vossos Altos Poderes, infestando, combatendo, & conquistando as praças [...].

[...] obstar às traficancias dos agentes, que por ahi andam a inculcar serviços, e merecimentos dos candidatos da sua cavadeira, a levantar calumnias contra os outros, a desvairar as opiniões, a viciar as actas, e a falsificar a representação nacional. [...].

Nos textos produzidos em Portugal encontraram-se seis casos semelhantes aos acima, contra três ocorrências nos textos produzidos no Brasil. Dos casos encontrados em PE, duas foram construções da perífrase com infinitivo, tendo como auxiliar o verbo “andar”.

Os verbos auxiliares mais utilizados foram “estar” e “ir”, o primeiro em número de ocorrências, e o segundo por ser recorrente em todos os séculos, tanto em PE quanto em PB. O verbo “estar” foi o mais recorrente na perífrase com gerúndio; foram 48 ocorrências no século XX, em textos produzidos no Brasil. Já o verbo com maior número de ocorrências em perífrase com infinitivo preposicionado foi o verbo “andar”, com oito ocorrências no século XIX, em textos produzidos em Portugal. O verbo de menor frequência foi “viver”, com uma ocorrência em perífrase com gerúndio, em um texto produzido no Brasil no século XIX.

Algumas ocorrências configuram construções interessantes, como os excertos a seguir, retirados de dois textos produzidos em Portugal, nos anos de 1904 e 1915, respectivamente:

[...] fazendo a Companhia do Gaz voltar ao preço do contracto, que só temporariamente foi augmentado por circumstancias que ha muito desapareceram, estando assim a cidade a pagar o gaz muito mais caro do que deve!

Estando a expirar o praso para a apresentação das candidaturas [...].

Em ambos os casos, o gerúndio do verbo auxiliar parece favorecer o uso do infinitivo antecedido de preposição, de maneira a evitar as construções “estando pagando” e “estando expirando”, que, apesar de manterem o mesmo sentido, soariam estranhas. O estranhamento parece menor no próximo excerto, produzido também em Portugal, no ano de 1739:

[...] sendo amoestado, que dicesse a verdade, confessou judicialmente que achando-se no lugar de Odivelas em hum Domingo, que se contavaõ 10 de Mayo, estando vendo jugar huns homens do mesmo lugar de Odivelas [...].

Em relação ao aspecto verbal expresso pelas perífrases, verificou-se o uso de alguns advérbios e expressões, de maneira a variar (ampliando ou restringindo) a duração já expressa pelo semantema do verbo. Dentre os advérbios, o mais recorrente foi “sempre”, com três ocorrências. No excerto a seguir, de um texto publicado em Portugal em 1809, é possível observar como o advérbio intensifica a noção de continuidade da ação verbal:

Devo advertir-vos, que eu andava sempre espreitando, e ouvindo; porém fingia não entender as suas algazarras [...].

Em uma das ocorrências, percebeu-se que o uso de determinados advérbios não apenas reforça como também amplia o caráter da ação verbal. É o caso do advérbio “enquanto”, no excerto retirado de um texto publicado no Brasil, em 1928, que, além de reforçar a duração da ação, também atribuiu a esta a noção de simultaneidade em relação a outra ação:

Emquanto a galinha está a cozer, rala-se o côco, retira-se o leite grosso com muito pouca agua () e reserva-se. [...].*

Em outro excerto do mesmo texto, há também um exemplo com o advérbio “até”, cuja presença na sentença marca bem o aspecto durativo da ação verbal:

[...] Finalmente, adiciona-se a gomma aos bocados e vai-se revolvendo com uma colher até formar uma pasta espêssa, [...].

De função semelhante a do advérbio “até”, o “ainda” também marca a noção de duração da perífrase verbal, expressa pelo semantema do verbo “continuar”. O excerto a seguir foi retirado de um texto publicado no Brasil, em 1993:

As Guias para Gestantes e Dentistas ainda continuam sendo distribuídas no prédio do INAMPS [...].

Como mencionado anteriormente, além dos advérbios, há determinadas expressões que também funcionam como intensificadores para as noções referentes ao aspecto cursivo progressivo. Em geral, as perífrases que melhor exprimem esse aspecto são formadas pelos verbos auxiliares “ir” e “vir”. O que se observa neste excerto, de um texto publicado no Brasil, em 1921, é que o uso da expressão “de geração em geração”, reforça a ideia de progressão de ambas as ações verbais.

Interpreto perante V. Ex., Supremo Magistrado da Nação, um sentimento que está apaixonando toda a população santista. [...] joia doada pela natureza, e que a nossa cidade vem, de geração em geração, gosando largamente e conservando com carinho.

Em relação aos verbos “ir” e “vir”, percebe-se que seu uso foi mais recorrente em perífrases com gerúndio, tanto em PE quanto em PB. Foram 20 ocorrências com o verbo “vir”, das quais 17 ocorreram em textos produzidos no Brasil no século XX e três em textos produzidos em Portugal, nos séculos XVII, XVIII e XX. Nos textos em PE houve duas ocorrências de perífrase com gerúndio e uma com infinitivo, esta última em um texto de 1930:

[...] desde quando as Milicias Comarcãs ou Municipais evidenciam a sua preponderância, distinguindo-se designadamente nas batalhas das Navas de Tolosa e de Aljubarota, onde já revela vir a constituir a Arma Principal dos Exércitos.

Com o verbo “ir” contaram-se 57 ocorrências, sendo 37 em textos produzidos no Brasil e 20 em textos produzidos em Portugal. Houve apenas uma ocorrência na perífrase com infinitivo, em um texto produzido em 1823 no Brasil, cujo excerto está reproduzido abaixo. Ilari e Basso (2011) comentam que a chegada da corte portuguesa ao Brasil no início do século XIX foi um fato sócio-histórico que pode ter gerado reflexos e influenciado a estrutura linguística do PB nessa época. Assim, a ocorrência de perífrase com infinitivo em textos produzidos no Brasil pode constituir um sinal dessa influência.

Dias felises, serenós, e iguaes aos que vio a alsiva Roma nos de Antonino, Tito, Vespasiano, e Marco Aurelio, vam a despoutar: o fertil e pingue Brasil he ja hoje Nassam livre, e da primeira ordem [...].

A análise desses dados leva a refletir se há alguma restrição quanto aos verbos principais usados nas perífrases com infinitivo preposicionado com os verbos auxiliares “ir” e “vir” para a expressão do aspecto verbal cursivo progressivo, e nesse caso, se o uso da perífrase com gerúndio é mais adequado, pois há construções perifrásticas de infinitivo com os verbos “ir” e “vir” que não exprimem esse aspecto verbal, como em “Talvez que os tipos não se importem de nos dar comida se a lá formos pedir, afinal se falta para nós também há-de

vir a faltar para eles.” (SARAMAGO, 2014, p. 224), em que “há-de vir” corresponde a “virá”, atribuindo ao verbo principal “faltar” o sentido de futuro, não configurando o aspecto cursivo.

Até aqui, nesta análise têm sido consideradas todas as ocorrências, com o propósito de contrastar o Português Europeu e o Brasileiro, quanto à frequência de perífrases com gerúndio e com infinitivo preposicionado, encontradas a partir do *corpus* deste trabalho.

A fim de identificar também aspectos inovadores na variedade brasileira do português, serão analisadas, por um viés diacrônico, as ocorrências produzidas no Brasil, observando-se a organização dessas perífrases, nos casos em que há pronomes e advérbios próximos a elas.

Em relação aos pronomes, Noll (2008) comenta que nas perífrases com gerúndio no PB, os pronomes oblíquos átonos vêm antes do verbo principal. Os dados analisados mostram que a posição dos pronomes, em geral os oblíquos átonos, se alterou ao longo do tempo. Observou-se que a posição anterior ao verbo auxiliar foi a mais recorrente nos séculos XVIII e XIX, enquanto que no século XX, foram encontrados mais casos com o pronome posicionado antes do verbo principal. Os dados permitem sugerir tal ponto como um aspecto inovador dentro do PB, considerando que este é o uso recorrente nos dias de hoje.

Nos textos dos séculos XVIII e XIX, observa-se a posição do pronome antes do verbo auxiliar:

[...] e nam pode faltar nellas ouro, salvo por decreto absoluto de Deoz | que naturalmente, he impocivel, adminuissão no ouro, porque são | muitas legoas de terra essas de ouro e inda senão tem lavrado hua, | nem penetrado a terra, e só, se anda arranhando por riba da terra, em | huns buracos taez que, he couza redicula [revertas], isso Senhor.[...]. (1720)

[...] o que fez foi procurar adouz da Sua parSelidade antiga, e Se posera no pátio de São Bento, a espera do dito escrivão, que Se achava ouvindo misa, no mesmo Convento, para em Sahindo lhe dar muita pancada, o que o faria Senão ouve Se quem a Cudise, [...].(1769)

Não me demore mais por que tendo acabado de padecer huma forte enflamação nos queixos em que reciei perder os dentes de diente do queixo em frior me sinto inda encomodáda, e a aplicação me vai fazendo má.[...]. (1800).

A civilização que se vai introduzindo na Costa dAfrica, o empenho de quasi todas as nações em findar este commercio horrivel [...].(1826).

[...] ou mesmo pessoas de fora com tanto que não dê apoio aos facinoras e nem se ligue aos nossos oppositores, por que como a guerra que se lhes está fazendo he grande e Vieira fraco, seria mais conveniente que voce em Janeiro ou Fevereiro pedisse a sua dimissão [...]. (1835).

[...] e convira plantar as mudas no mesmo dia em que fôrem arrancadas: hum servente conduz as mudas e as vai pondo nas cóvas; outro o vai seguindo e cobrindo com a terra, que sahio da mesma cova, as suas raizes [...]. (1836).

Este livro, que se está imprimindo nas oifficinas d'A Semana, foi expressamente feito para ser distribuido como premio aos assignantes d'esta folha. (1885).

Nos textos do século XX, observa-se a colocação do pronome antes do verbo principal como a mais recorrente:

Depois de bem aquecida uma frigideira de barro, ahi se derrama certa quantidade de azeite de cheiro, (azeite de dendê), e, com a colher de madeira vão-se deitando pequenos nacos da massa, e com um ponteiro ou garfo são roladados na frigideira até cozer a massa.[...] (1928).

"Elza Soares, a linda loura, miss Escola Rivadavia Correa, faz uma pausa. Está se lembrando daquelle jogo, tão triste para ella, [...].(1938).

O Globo Sportivo está me perguntando como eu torço. [...]. (1938).

Já assim vêm-se fazendo na Bélgica, através dos professores Carbonell e Zwanck [...]. (1948).

[...] Ainda dentro dos trabalhos da Superintendência de Água e Esgoto, está-se procedendo as limpezas e reformas de todas as baterias de poços artesianos [...] Também o trabalho preventivo de revisão e limpeza está sendo realizado nos poços semi-artesianos existentes [...]. (1993).

Quanto à posição dos advérbios, verificou-se que, diferentemente do que se observou com os pronomes, não houve recorrência significativa de uma posição em nenhum dos três séculos. No caso, o que se notou foi certa alternância entre a posição dos advérbios em relação às perífrases, podendo estar antes do verbo auxiliar, antes do verbo principal ou depois deste, o que dificulta o estabelecimento de algum tipo de hipótese sobre essa questão.

O heróe está firme nesta industria como uma rocha: porque conhece, quanto é ella innocente: e assim vai vivendo com o suor do seo rosto de árceria com um socio da Parahiba, que é um sub delegado Vanderley. E que beneficios naõ está fazendo esse fidalgo á Provincia!!

O tal Vieira Ministro tem querido dar satisfações; tem dito que foi illudido pelo Vital; mas he por que vai ja sendo cassado pellos Holandezes.[...].

[...] A lei está sendo agora executada calmamente, sem atritos nem protestos."

A fim de demonstrar melhor esse ponto como um aspecto “inovador” do PB, será analisada também a posição dos pronomes e advérbios nas ocorrências encontradas no PE.

Analisando a posição do pronome no entorno das perífrases, verificou-se que os casos em ele está posicionado antes do verbo auxiliar foram mais recorrentes nos séculos XVII, XVIII e XIX, que os casos em que o pronome aparece antes do verbo principal foram mais frequentes nos séculos XVIII e XX, e que o único caso de pronome posicionado após o verbo

principal foi encontrado em um texto do século XIX. Além disso, não foram encontradas ocorrências de perífrase com infinitivo preposicionado acompanhada de pronomes.

Excertos em que o pronome encontra-se posicionado antes do verbo auxiliar:

[...] que aquellas pessoas que por nossa liçça podem trautar na india: por laa nos andarem servindo: e aque temos dados lugar que possam trazer pera estes reynos algũas mercadorias: daquellas em que laa podẽ tratar: nã possam trazer quãdo vierem: nẽ mãdar em cada viagẽ: em quãto laa nos andarẽ servindo: mais de huã quintelada de Beijoim [...] (1520).

Outrosi por atalhar os excessos que se vaõ introduzindo, pondo coroneis nos escudos de Armas, & sinetes, & Reposteiros as pessoas [...] (1597).

[...] porem os nossos lhe prẽderam junto á villa da duas Igrejas (por donde o comboio havia de passar) huma hespia que lhe havia dado o aluitre & lhes vinha ensinando o caminho [...] (1641).

[...] & mares de Portugal, & delles aonde conviesse pera infestar, & desbaratar ao inimigo commum, se estavam tacitamente prevenindo vinte & duas Naos no rio de Pernambuco para com ellas sahir Pè de Pão a combater [...] (1655).

Com estas, e outras fanfarronadas nos forão arrastando até Valhadolid, ainda que não a todos, porque muitos de melhor juizo do que elles souberão escapar-se antes de lá chegarmos [...] (1809).

[...] por tal sinal eu o ouvi ler em um charamba ao Padre Vigário da nossa Freguezia, e quando o estava lendo parava de padoço a padoço, tomava a sua pitada e dizia [...] (1835).

Excertos em que o pronome encontra-se posicionado antes do verbo principal:

[...] Manoel de Passos esse mesmo, de que fallámos no paragrafo paredes meas perto, conjunto, proximo, e vizinho, entre confuso, e picado, estã-se declarando por instantes com os Fleumaticos Academicos. [...] (1731).

Agradeço-lhe muito os Avisos, e Conselhos, que me mandou, que em parte me tem aliviado, ainda que não de todo: mas vou-me conformando com a vontade de Deos, e pedindo á Virgem Senhora d Piedade (como V.M. me recommenda) me dê paciencia para viver com socego com seu Compadre [...] (1769).

A 3ª e a 4ª Companhia achavam-se guarnecendo a linha A [...] (1930).

[...] É certo que pelos anos adiante, pelos séculos, vão-se deformando uns valores; assimilam-se, adaptam-se, desenvolvem-se, outros. [...] (1947).

Na única construção em que um pronome encontra-se posicionado após o verbo principal, observa-se a presença de outro, posicionado antes do auxiliar:

Disse-me tambem o bom homem, que Saragoça estava levantada, e então me lembrei dos discursos de Pamplona, e que muitos Francezes se achavão sitiando-a, tendo consigo hum

consideravel número de Portuguezes, muito boa tropa, e que era lastima ver que os Saragoçanos se havião de deffender até morrer. (1809).

Sobre a posição dos advérbio no entorno de perífrases no PE, apesar da recorrência pouco significativa, a posição anterior ao verbo principal foi a única que ocorreu em textos dos cinco séculos. Assim como em PB, notou-se certa alternância de posições, com o advérbio colocado antes do verbo auxiliar, antes do verbo principal ou depois dele.

[...] faz tambem o circuito grande com os meridianos angulos yguais : mas no processo do caminho sempre vam sendo desiguais [...]. (1537).

[...] o que verdadeiramente nam pode ser pello que dito tenho: e vam sempre forçando a agulha: e enclinandoa pera que faça o mesmo angulo com a linha de norte sul. [...]. (1537).

[...] Nam me nos maltratava ao inimigo a nossa mosquetaria, que dos aproxes estava continuamente disparando contra os inimigos de pertubação da muita artilharia [...]. (1654).

[...] se sahira pela porta principal da Igreja, tirando-lhe a tranca, e fecho com que sómente se fechava por dentro, deixando a Igreja com todas as mais indecias contadas no auto, e por vir já amanhecendo, e sentir gente pela estrada, escondera a trouxa [...]. (1739).

Devo advertir-vos, que eu andava sempre espreitando, e ouvindo; porém fingia não entender as suas algazarras [...]. (1809).

[...] fazendo a Companhia do Gaz voltar ao preço do contracto, que só temporariamente foi augmentado por circumstancias que ha muito desapareceram, estando assim a cidade a pagar o gaz muito mais caro do que deve! (1904).

[...] Os segundos são os que estão, como os cataventos, à espera dos últimos ventos, ou os que apenas têm por bem o que vai chegando lá de fora, os despaisados de Fialho, ou déracinés de Barrés. [...]. (1947).

Não se encontrou advérbio colocado antes do verbo auxiliar nos textos dos séculos XVIII e XX; em um texto do século XIX observaram-se três ocorrências de advérbio antecedendo o verbo auxiliar, duas delas em perífrases com infinitivo preposicionado.

[...] pedi a Deos que vos não deixe cahir em tentação, e armai-vos de fortaleza contra esses diabos tentadores, que por ahi andam a fazer conlôios, a concertar transacções facciosas, a passar listas, e ganhar votos de eleitores, enganando a uns com promessas, intimidando outros com ameaças, [...]. (1858).

[...] que o Governo tem a obrigação de assegurar aos eleitores o campo livre, procurar a exactidão dos recenseamentos e a legalidade das operações eleitoraes; obstar às traficancias dos agentes, que por ahi andam a inculcar serviços, e merecimentos dos candidatos da sua cavadeira, a

levantar calumnias contra os outros, a desvairar as opiniões, a viciar as actas, e a falsificar a representação nacional. [...]. (1858).

[...] pavoneando-se a fallar de si, e das suas cousas, como se nada houvesse mais bello; sem se lembrarem de que alli estam fazendo despezas á Nação [...]. (1858).

Sobre as ocorrências acima, convém comentar o sentido que as construções com advérbios locativos podem assumir. No fragmento retirado do excerto acima, “*que por ahi andam a inculcar serviços*”, a locução adverbial “por aí” impossibilita interpretar “andar” como verbo auxiliar. Isso acontece porque durante o processo de gramaticalização, alguns verbos ainda mantêm traços semânticos dos verbos plenos, e em casos como esse, a presença de advérbios locativos vem a evidenciar tais traços. (cf. WACHOWICZ, 2006).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve por propósito investigar, com base nos pressupostos teóricos da hipótese conservadora, o uso das perífrases verbais com gerúndio e com infinitivo preposicionado no PB e no PE, observando suas ocorrências e frequências, de maneira a argumentar sobre a afirmação de que o uso da perífrase com gerúndio é uma herança do Português Arcaico que permaneceu no PB, mantendo-se até hoje. Para isso, foi realizada a análise quantitativa e qualitativa de ocorrências coletadas de textos produzidos no Brasil entre os séculos XVIII e XX, e em Portugal, entre os séculos XVI e XX.

A partir da análise dos dados obtidos, foi possível observar que as perífrases com gerúndio foram as mais recorrentes, tanto em PB quanto em PE, e que as ocorrências de perífrase com infinitivo preposicionado foram encontradas apenas em textos dos séculos XIX e XX, confirmando o que postulam os defensores da hipótese conservadora quando afirmam que a perífrase com gerúndio é a mais antiga na língua, sendo usada desde o Português Arcaico. Assim sendo, por este viés, foi Portugal que inovou, passando a usar a perífrase com infinitivo no fim do século XVIII e início do século XIX, como já afirmavam Cunha (1986) e Noll (2008). Os dados ainda mostraram que o uso de perífrases parece ser mais comum no Português Brasileiro que no Português Europeu.

Verificou-se também que alguns textos produzidos no Brasil apresentaram ocorrências de perífrase com infinitivo em um número não significativo. Entretanto, essa observação possibilita refletir acerca das transformações na língua, isto é, leva a refletir sobre como as mudanças que estavam ocorrendo no Português Europeu puderam influenciar a variedade brasileira nos séculos XIX e XX.

Em relação às transformações do PB, analisou-se a organização das perífrases quando elas apresentavam pronomes ou advérbios próximos. Os dados mostraram que houve alterações, pois nos textos dos séculos XVIII e XIX constatou-se o posicionamento dos pronomes átonos antes do verbo auxiliar, ao passo que nos textos do século XX, os pronomes passaram a ficar antes do verbo principal. Essa mudança de posição, que pôde ser observada, está de acordo com os postulados de Noll (2008), que, ao se referir ao Português Brasileiro em relação às perífrases, menciona que essa é a posição que os pronomes átonos ocupam.

Estudos que privilegiem a análise de documentos são sempre muito relevantes para a investigação linguística. Neste trabalho se propôs investigar de maneira a comprovar um aspecto com base em postulados teóricos, tendo-se conseguido comprovar a hipótese. Assim, ao longo deste percurso, privilegiou-se a investigação, o estudo e a análise de documentos. No entanto, por questões de extensão, objetivos e até mesmo de tempo, optou-se pela análise de um único aspecto da hipótese conservadora, tendo como suporte postulados teóricos, a fim de verificar a pertinência dos comentários e sua aplicabilidade a documentos autênticos.

Ao estudarmos os paradigmas de transformação e evolução de uma língua, verificamos que o estudo de textos autênticos de diferentes épocas e períodos possibilita materializar contribuições relevantes aos estudos linguísticos. Dessa forma, acredita-se que este trabalho possa ser posteriormente ampliado, e uma das possibilidades seria ampliar o *corpus* selecionado, o que, conseqüentemente, ampliaria a quantidade de dados coletados, permitindo verificar com maior abrangência os resultados aqui obtidos, bem como encontrar novos aspectos a serem observados dentro do tema das perífrases ou, quem sabe ainda, outras questões que tangenciam a hipótese conservadora da formação do PB aqui apresentada.

Desta forma, este trabalho se propõe a ser apenas o começo de um longo trajeto ainda a ser percorrido. Longe de fechar questões ou de encontrar a verdade sobre algum fato, ele objetiva ser, antes de tudo, um instrumento que visa promover a discussão e o debate de ideias, colaborando, assim, para os estudos linguísticos de uma forma geral.

5 REFERÊNCIAS

ALKMIM, Tânia M. Sociolinguística: parte I. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Cristina. (Org.). *Introdução à linguística 1*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 21-47.

BIBLIOTECA Brasileira Guita e José Mindlin. Acervo digital. São Paulo. Acervo disponível em: <<https://www.bbm.usp.br/consulta-ao-acervo>>. Último acesso em: 11 out. 2016.

BIBLIOTECA da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Biblioteca digital. Porto. Acervo disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/>>. Último acesso em: 11 out. 2016.

BIBLIOTECA Nacional de Portugal. Biblioteca Nacional Digital. Lisboa. Acervo disponível em: <<http://purl.pt/index/geral/PT/index.html>>. Último acesso em: 11 out. 2016.

CAMPOS, Odette A. de Souza. O gerúndio românico - Estudo histórico-descritivo. *ALFA: Revista de Linguística*, São Paulo, UNESP, v. 18, p. 383- 402, 1972. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3521/3294>>. Último acesso em: 17 set. 2016.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. *Introdução ao Estudo do Aspecto Verbal na Língua Portuguesa*. Tese de doutorado. USP. Marília, 1968. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/viewFile/3311/3038>>. Último acesso em: 25 abr. 2016.

_____. O Português do Brasil. In: ILARI, Rodolfo. *Linguística Românica*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1999, p. 237-269.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de; ELIAS, Vanda Maria. *Pequena gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2012.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

COSTA, Sônia Bastos Borba. *O aspecto em português*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1997. (Série Repensando a Língua Portuguesa).

CUNHA, Celso. Conservação e Inovação no Português do Brasil. *O eixo e a roda*. Revista de Literatura Brasileira, Belo Horizonte, UFMG. v. 5, p. 199-230, 1986. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/o_eixo_ea_roda/article/viewFile/4218/4064>. Último acesso em: 28 abr. 2016.

ILARI, Rodolfo; BASSO, Renato. *O português da gente: a língua que estudamos a língua que falamos*. 2. ed. 2. reimpr. São Paulo: Contexto, 2011.

GARCIA, Othon Moacir. *Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar*. 11. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1983.

HEMEROTECA Municipal de Lisboa. Hemeroteca Digital. Lisboa. Acervo disponível em: <<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/>>. Último acesso em: 11 out. 2016.

NOLL, Volker. *O Português Brasileiro*. Tradução de Mário Eduardo Viaro. São Paulo: Globo, 2008.

QUERIQUELLI, Luiz Henrique Milani. O conservadorismo do PB e o ensino de latim: possíveis implicações. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA, 2., 2012, Uberlândia. *Anais...* v. 2, n. 1, Uberlândia: EDUFU, 2012.

Disponível em:

<http://www.ileel.ufu.br/anaisdosielp/wpcontent/uploads/2014/07/volume_2_artigo_189.pdf>
. Último acesso em: 25 abr. 2016.

SARAMAGO, José. Ensaio sobre a cegueira. In: _____. *Obras completas 2*. São Paulo: Companhia da Letras, 2014, p. 9-369.

SCHERRE, Maria Marta Pereira; NARO, Anthony Julius. *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Presença, 1977.

SIMÕES, José da Silva. *Sintaticização, discursivização e semanticização das orações de gerúndio no português brasileiro*. Tese de Doutorado. USP. São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-04102007-140928/pt-br.php>>. Último acesso em: 16 set. 2016.

TEYSSIER, Paul. *História da Língua Portuguesa*. Tradução de Celso Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

UNIVERSIDADE Federal do Rio de Janeiro. Para uma história do Português do Brasil - RJ. Integrado ao projeto nacional Para a História do Português Brasileiro. UFRJ: Departamento de Letras Vernáculas, 1998 -atual. Acervo disponível em: <<http://www.lettras.ufrj.br/phpb-rj/index.htm>>. Último acesso em: 17 out. 2016.

WACHOWICZ, Teresa Cristina. O aspecto do auxiliar. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, UFMG, v. 14, n. 2, p. 55-75, 2006. Disponível em: <<http://periodicos.lettras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/2423/2377>>. Último acesso em: 10 jul. 2016.

WACHOWICZ, Teresa Cristina; FOLTRAN, Maria José. Sobre a noção de aspecto. *Caderno de Estudos Linguísticos*, Campinas, UNICAMP, n. 2, p. 211-232, 2006. Disponível em: <<http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/cel/article/view/1557/1129>>. Último acesso em: 30 jul. 2016.

OLHARES CRÍTICOS A *IAIÁ GARCIA*, DE MACHADO DE ASSIS

Raquel Andrade Machado¹

Resumo

Machado de Assis é objeto de estudo de uma vasta gama de críticos literários, principalmente no tocante às obras posteriores a *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Seus romances anteriores não recebem tanta atenção crítica, como *Iaiá Garcia*, que ora é classificado como romântico, ora como realista, ou então transitório da primeira para a segunda fase do escritor. Sendo assim, questiona-se de que maneira a fortuna crítica trata o quarto romance de Machado de Assis desde a época de sua publicação, em 1878, até os dias atuais, sob a perspectiva de analisar se *Iaiá Garcia* é avaliado com vista a aspectos sociais e externos a ele ou analisado internamente, sob a perspectiva do narrador e personagens. Para elucidar esta questão, fez-se um recorte de textos críticos de épocas diversas. A partir dos textos selecionados, conclui-se que a crítica, em sua maioria, aborda o romance externamente, enquanto que estudos atuais se voltam a analisar o romance por ele mesmo.

Palavras-chave: *Iaiá Garcia*. Machado de Assis. Crítica.

Abstract

Machado de Assis is the object of study of a large range of literary critics, especially regarding his later works after *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. His previous novels do not receive much critical attention, except for *Iaiá Garcia*, now classified as romantic, either realistic or a transition from the first to the second phase of the writer. Therefore, this paper questions how the critical fortune analyzed *Iaiá Garcia*, from the time of its publication, in 1878, to the present day, to see if *Iaiá Garcia* was assessed in relation to external and social aspects or if it was analyzed internally, from the perspective of the narrator and characters. To elucidate this question, some critical texts from different periods were chosen in order to see how critics handled the novel over time. From the selected texts, it was concluded that literary criticism mostly deals with the novel externally; however, current studies tend to analyze it in itself.

Keywords: *Iaiá Garcia*. Machado de Assis. Criticism.

Iaiá Garcia, quarto romance de Machado de Assis, foi publicado pela primeira vez de 1º de janeiro de 1878 a 2 de março do mesmo ano, nos folhetins do jornal *O Cruzeiro*.² Publicado diariamente, ele alcançou notoriedade dos críticos e dos leitores da época, já como história que marca a transição do romancista da primeira para a segunda fase. Ao longo das décadas de sua publicação, ele continua a ser visto ora como romântico, ora como realista,

¹ Mestra em Literatura e Crítica Literária (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) e Especialista em Literatura (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). Licenciada em Letras (Centro Universitário Padre Anchieta). Contato: raquel.amachado@hotmail.com.

² Para a realização deste trabalho, o texto do romance de Machado de Assis e seu conhecido ensaio *Notícia da atual literatura brasileira: Instinto de nacionalidade* foram consultados na terceira edição da *Obra Completa* do autor pela Nova Aguilar (Cf. Referências).

sendo analisado em seus aspectos sociais, externos ao romance, ou interpretado a partir do texto e seus aspectos internos envolvidos, tendo em vista o narrador, as leituras e as personagens. Desta maneira, com o objetivo de entender, por meio de recortes, como a fortuna crítica aprecia e analisa *Iaiá Garcia*, formou-se a problematização: como se posiciona a crítica literária em relação a *Iaiá Garcia*, desde sua publicação em folhetins em 1878 até os tempos atuais? Ela se concentra em aspectos sociais e externos ao romance ou o analisa com profundidade, com vistas ao narrador e às personagens? Para tentar elucidar a questão, foram selecionados textos críticos de épocas variadas, a fim de observar como a crítica lidou com a obra de Machado de Assis ao longo do tempo. Para tanto, começamos com Lúcia Miguel Pereira (1936), primeira crítica do escritor, e passaremos por nomes como Massaud Moisés (1960), Roberto Schwarz (1977), Hélio de Seixas Guimarães (2004), John Gledson (2004) e algumas dissertações de mestrado e artigos científicos publicados até 2012.

Em 1936, Lúcia Miguel Pereira escreveu a primeira biografia crítica de Machado de Assis, relacionando a vida do escritor à sua obra. No capítulo XI, “Confissões”, a autora trata de três romances do escritor, *A mão e a luva*, *Helena* e *Iaiá Garcia*, e um livro de contos, *Casa velha*, relacionando-os ao problema do orgulho do escritor e sua formação intelectual. A primeira menção a *Iaiá Garcia* é na relação que a crítica faz da ambição que o movia, abandonando a mãe afetiva, Maria Inês, que era humilde, para se tornar escritor famoso. Disso resultaria, em suas obras, questões sobre mudanças de classe, como Estela em *Iaiá Garcia*, que luta contra a hierarquia social. Pereira afirma que as personagens que se deixaram levar pelo romantismo e sentimentalismo fracassaram e se tornaram infelizes, como Estela, Lalau e até mesmo Helena, atingindo o ápice do dramalhão, que morre ao final por não conseguir vencer a diferença de classes. Já as moças espertas e ousadas, ao estilo de Capitu, passaram por cima de algumas crenças para alcançarem seu espaço na sociedade, atingindo seus objetivos, como é o caso de Guiomar e Iaiá Garcia.

Ela também comenta que Machado de Assis agiu como os naufragos que ao lutarem pela sobrevivência, acabam arrastando seus salvadores à morte, no momento em que tentou fugir de seu passado e abandonar Maria Inês para viver um futuro que parecia ser promissor em sua carreira. A frase final de *Iaiá Garcia* relaciona-se a esse sentimento: “Alguma coisa escapa ao naufrágio das ilusões.” (2015, p. 595), demonstrando o domínio da crítica em relacionar vida e obra do escritor, no momento em que ele colocaria um ponto final na

discussão sobre sua ambição no seu quarto romance, sentindo-se aliviado por conseguir debater uma questão que o deixava com remorso.

Em relação à análise textual, Pereira comenta que Luís Garcia é a personagem que demonstra o estilo do narrador de Machado de Assis, aspecto que será retomado por estudos atuais. Segundo a crítica, em comparação com os outros romances, em *Iaiá Garcia* não se utilizam mais os exageros e o romanesco, no entanto falta à obra coesão. Apesar da tentativa de libertação do romantismo e da adequação da linguagem à história, ainda não há a análise dos homens e dos fatos com a curiosidade e frieza que o escritor demonstra em seus romances posteriores. O que ainda continua dessa escola literária são as oposições entre bem e mal, em que as personagens são estereotipadas como a ingênua (Iaiá), a orgulhosa (Estela), o cético (Luís Garcia), o volúvel (Jorge), o libertino (Procópio Dias).

Percebe-se, portanto, que Lúcia Miguel Pereira aborda o romance por um viés biográfico, ao mesmo tempo em que analisa sua escritura e adequação ou não ao romantismo, além de relacioná-lo às obras posteriores. É um estudo extremamente importante para a literatura de Machado de Assis, mas ainda não há a análise textual e interna de *Iaiá Garcia*, concentrando-se mais em aspectos sociais e externos ao romance.

Massaud Moisés, em 1960, escreveu uma nota preliminar sobre o romance em questão. O crítico reconhece que, dentre os quatro da primeira fase do escritor, este seria o melhor, ao lado de *Helena*, por conter alguns pormenores machadianos que se encontram presentes também em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Um exemplo disso é a partida de Jorge para a Guerra do Paraguai, drama aparentemente romanesco, mas que abre lugar para a análise de caracteres e da existência de conveniências emocionais e sentimentos mesquinhos. Outro traço, depois presente nas *Memórias Póstumas*, ocorre no final feliz do casamento de Jorge e Iaiá, que não termina pudicamente, mas com comentários do narrador sobre o matrimônio, a sociedade e o trabalho assalariado de Estela. Ainda outro traço citado pelo crítico é que as personagens são marcadas pela vida com algum acontecimento infeliz, que forçou o amadurecimento delas, inclusive Iaiá que, ainda adolescente, descobre o amor da madrasta por Jorge, apesar de esta ser casada com seu pai. Ainda sobre a jovem, Moisés a compara com Capitu, de *Dom Casmurro*, sendo fria, calculista, aquela que manipula as pessoas para atingir seus objetivos. Estela, apesar da não dissimulação, é considerada a personagem mais verdadeira no romance e se enquadra à fase da maturidade do escritor, pois apresenta caráter real e verossímil, enquanto as outras personagens, que se adaptam ao molde romanesco, são

estereotipadas. O crítico termina sua nota afirmando que *Iaiá Garcia* ainda pode ser lida com agrado.

No caso de Massaud Moisés, percebe-se que ele analisa o romance internamente, avaliando os tipos de personagens, suas características e ações. Ele também considera o contexto da obra de Machado de Assis, situando *Iaiá Garcia* como um romance de transição da fase romântica à realista, sendo considerado o melhor da primeira fase do escritor ao lado do folhetim *Helena*, ideia que se altera ao longo do tempo. É interessante observar a classificação dos críticos em relação ao romance estudado: enquanto que alguns, geralmente situados antes dos anos 2000, consideram-no como um dos melhores da primeira fase, porém deixam-no de lado quanto à análise textual, os atuais baseiam-se no enredo e no narrador para desvendar-lhe os enigmas. Deste modo, o que antes recebia elogios com pouca crítica analítica, mais à frente será interpretado com o devido cuidado. Para tanto, basta observar que Moisés dedicou somente três páginas à análise do romance.

Roberto Schwarz, em *Ao vencedor as batatas*, sendo a primeira edição datada de 1977, analisa a obra revelando os aspectos sociais; ao demonstrar a diferença de classes sociais entre Jorge e Estela, o crítico mostra como a personagem feminina age de acordo com a hierarquia social, deixando sentimentos afetivos de lado. Também afirma que as heroínas da primeira fase são humildes e que, para subirem na escala social, dependem de famílias abastadas que lhes deem condições, na maioria das vezes por um desejo de casamento que não se completa. Em suma, Schwarz é um crítico machadiano que tem embasamento social para tecer sua análise do romance, escrevendo com precisão sobre os problemas pelos quais o país sofria e que influenciavam na escrita literária de Machado de Assis. Ao final, ele reconhece como *Iaiá Garcia* apresenta características do escritor que serão aprofundadas na fase da maturidade. O crítico nos mostra o narrador nas obras da primeira fase, o ponto de vista, vida e características de personagens inferiores e dependentes de seus senhores. Também associa a vida delas com a história brasileira da época, como a Guerra do Paraguai e o conservadorismo da sociedade brasileira, evidenciado no fato de haver negros que trabalhavam de graça mesmo com a abolição da escravatura, como é o caso de Raimundo.

Hélio de Seixas Guimarães escreveu *Os leitores de Machado de Assis – o romance machadiano e o público de literatura no século XIX* (2004). No capítulo dedicado à análise de *Iaiá Garcia*, apresenta-nos uma análise do romance e a recepção do público leitor da época. Essa obra tem grande importância para o estudo de crítica machadiana, pois nos possibilita o

conhecimento de como ela o recebeu enquanto Machado de Assis ainda estava vivo. O crítico comenta que nesse romance a expectativa do leitor é frustrada por não haver mais cenas românticas e nem linguagem floreada, sendo submetido a acontecimentos de realidade. O primeiro exemplo que ele mostra é a partida de Jorge para a Guerra, ato supostamente heroico e romântico, mas que se torna patético ao se conhecer a motivação do rapaz, que queria deixar a mãe e a amada com remorso caso ele morresse.

A respeito das personagens, Guimarães também comenta que os casamentos são realizados por interesse, os desencontros vão se multiplicando ao longo da narrativa sem que se atinja um clímax, e a possibilidade de o amor verdadeiro acontecer se distancia cada vez mais à medida que a história avança, devido ao abismo social que separa os amantes. Para o crítico, o que escapa ao naufrágio das ilusões são os sentimentos objetivos e baseados na realidade, como os de Estela, que tem muito mais consciência de si do que Helena.

Há também a percepção de cinismo e crítica em *Iaiá Garcia*, no momento em que o narrador caracteriza os sentimentos como provisórios e suscetíveis às ações do tempo, desmentindo o amor de Jorge, uma vez que o amor sem fim que ele sentia por Estela logo é substituído por outro amor infinito por Iaiá Garcia. Luís Garcia, por sua vez, é o leitor ideal do livro, sendo uma projeção cética e desenganada do narrador em relação ao seu relato, agindo de maneira diferente da que ocorria até então nos romances do autor. Hélio de Seixas Guimarães demonstra os desencontros que ocorrem na narrativa, no nível das personagens, do leitor e do próprio narrador.

Em relação à recepção do romance no século XIX, apenas dois artigos foram publicados na imprensa. O primeiro deles foi assinado por Rigoletto, que escreveu um texto longo elogiando o romance, seu talento fino e linguagem elegante, pondo fim ao excesso romântico (Cf. GUIMARÃES, 2004). Rigoletto também afirma que a obra encantou o público, apesar de apenas supor essa adesão. O segundo artigo é de autoria de Urbano Duarte, que não demonstrou entusiasmo pelo romance, comentando, sobre o final do folhetim, que *Iaiá Garcia* havia se encerrado “tão desenhxada como no dia em que nasceu.” (apud GUIMARÃES, 2004, p. 171). Por fim, Duarte aconselha Machado de Assis a apimentar um pouco mais sua trama, para que ela não seja esquecida.

Guimarães também comenta que *Iaiá Garcia* realmente foi o romance de Machado de Assis recebido com menor entusiasmo pelo público leitor, tendo em vista que a publicação da segunda edição ocorreu somente em 1898, vinte anos mais tarde. Outro crítico que se

manifestou positivamente e que mais se aproxima dos críticos contemporâneos foi José Veríssimo, que define a obra como o romance mais emotivo e romanesco, oculto entre os espaços que o narrador nos deixa. Ele também reconhece que é o primeiro livro menos romântico e com mais acentuadas tendências críticas. Guimarães conclui o capítulo reforçando as palavras de Veríssimo, situando *Iaiá Garcia* como a transição para o que Machado de Assis viria a ser depois, demonstrando como a sua desilusão se transforma na personagem Brás Cubas.

No caso deste crítico literário, observa-se a análise interna do romance relacionada ao público leitor do século XIX, em que Guimarães nos mostra com clareza, por meio de uma análise refinada, a crítica do quarto romance do escritor, situando-se na transição para o realismo, com ceticismo, ironia e um narrador que, embora não se pronuncie no plano da narrativa, já é refinado e pronto a se transformar no agressivo narrador de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*.

O trabalho de John Gledson, crítico inglês que dedicou seus estudos a Machado de Assis, é fundamental para se estabelecer um panorama analítico do escritor, pois além de seus estudos aprofundados, apresenta um olhar estrangeiro sobre nosso escritor, o que torna suas análises diversificadas e importantes para a fortuna crítica. No capítulo “Roberto Schwarz: um mestre na periferia do capitalismo”, do livro *Por um novo Machado de Assis* (2004), Gledson comenta a obra *Iaiá Garcia*. Primeiramente, o crítico inglês afirma que Machado de Assis chegou a uma espécie de limite narrativo que exigia uma mudança radical se ele pretendesse continuar escrevendo, daí a originalidade presente nas *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Ele também relembra a análise de Schwarz, que observa que o chefe da família é sempre retirado de cena para que as personagens pudessem atuar livremente; no caso de *Iaiá Garcia*, Valéria, Estela e Jorge convivem em uma casa cujo patriarca faleceu há anos. Outro fator de análise é a negatividade das personagens, beirando a desobediência, como no caso de Luís Garcia, por exemplo, que obedecia forçosamente aos obséquios de Valéria. É interessante ressaltar que a questão da negatividade surge no romantismo e continua presente até a contemporaneidade, demonstrando o caráter moderno que *Iaiá Garcia* nos revela.

Uma contribuição muito importante de Gledson, ao lado de Schwarz, é que os críticos já veem Machado de Assis como moderno, uma vez que o escritor esgotou todas as possibilidades românticas em suas obras da primeira fase. Desse modo, ainda mantendo os pressupostos da estrutura social brasileira, o escritor, por meio de um narrador e linguagem

inusitados, passa a escrever de maneira que surpreendeu o público leitor da época e ainda o faz até hoje, e isso ocorre se levarmos em conta que as raízes do modernismo se encontram no romantismo, sendo que há críticos, como Antonio Cândido, que demonstram que o romantismo ainda prevalece depois dos anos 2000. Além do esgotamento romântico, a modernidade é sentida no nível de psicologia das personagens submissas que têm atitudes caprichosas, não conscientemente, mas por motivos considerados inconscientes por Gledson, o que levaria a Freud.

Em *Machado de Assis – um gênio brasileiro*, Piza (2004) apresenta *Iaiá Garcia* como uma obra lançada em folhetins e comenta que as personagens femininas são mais fortes que as masculinas, caracterizando as últimas como “filhinhos da mamãe” que não gostavam de trabalho duro e honesto. Na sequência, ele resume o enredo do romance e afirma que, enquanto Jorge estava na Guerra do Paraguai, previsivelmente Luís Garcia pede Estela em casamento. Esses fatos são relatados erroneamente pelo crítico, uma vez que, apesar de não terem trabalho duro, os mocinhos da história não eram desonestos, sendo personagens do bem, além de não ser previsível o pedido de casamento, uma vez que é Valéria, mãe de Jorge, quem articula isso e dá a ideia a Luís Garcia, proposta que só ocorre por iniciativa de Estela, que queria se casar com alguém para não sucumbir a um casamento que lhe traria humilhação, e Luís Garcia lhe parecia um homem adequado. Mais à frente na sua análise, Piza menciona Urbano Duarte, já referido por Hélio de Seixas Guimarães, e acrescenta Medeiros e Albuquerque, que apontou o romantismo de *Iaiá Garcia* como sereno e irônico. Ao final de sua análise, o crítico associa a última frase do romance – “Alguma coisa escapa ao naufrágio das ilusões.” (2015, p. 595) – ao término da fase romântica de Machado de Assis. Daniel Piza tenta fazer uma associação entre vida e obra do escritor, no entanto, não obtém o sucesso de Lúcia Miguel Pereira; os dados imprecisos e a falta de análise interna do romance demonstram a imperícia do crítico ao analisar a obra, no entanto, é notável o trabalho e conhecimentos que reuniu para escrever sua crítica a esse romance, considerando que não se especializou em *Iaiá Garcia*, mas na obra machadiana inteira.

Recortes Machadianos, livro organizado por Ana Salles Mariano e Maria Rosa Duarte de Oliveira, reúne capítulos de diversos autores sobre o escritor. Maria Aparecida Junqueira, no capítulo Projeto Estético-Literário Machadiano: uma visão preliminar, nos apresenta o próprio Machado de Assis como crítico literário, citando o *Instinto de Nacionalidade*, essencial para sua compreensão, uma vez que o próprio escritor já sabia como fazer crítica e,

portanto, de sua própria obra. Talvez seja por esse motivo que ele abandonou na maturidade o trabalho de crítico literário e avançou na construção de romances, por saber exatamente como criar uma grande literatura que não seria totalmente compreendida na época, mas estudada por inúmeras pessoas ao longo dos anos. A crítica também menciona a advertência de *Papéis Avulsos*, em que Machado de Assis convida o leitor a ser o crítico literário de sua obra. Ao tratar do sentimento íntimo que o verdadeiro escritor brasileiro deve ter, Junqueira menciona *Iaiá Garcia* como um exemplo da transformação da narrativa romântica, sugerindo que o escritor alcançou esse “sentimento íntimo” do qual falava que deveria ter. Tratando da análise de sentimentos e enredo amenizado, o romance, segundo a crítica, já apresenta indícios modernos, mostrando seus critérios estéticos “na voz de Jorge, que diz, lembrando-se uma vez de escrever um romance, que era o seu próprio romance.” (JUNQUEIRA, 2008, p. 165). Ao término desse argumento, a crítica nos mostra uma passagem do romance que associa a cor local à mulher machadiana, demonstrando como Machado de Assis tinha domínio para usar sua própria crítica em seus romances; sua intenção, de acordo com Junqueira, era “fundir a natureza à personagem.” (JUNQUEIRA, 2008, p. 166). Por fim, neste artigo também se questiona a demarcação entre a fase romântica e a fase realista do escritor, tendo em vista que na declaração de Jorge a respeito do amor, a personagem fica confusa entre a efusão lírica e a anedota, notando-se, nesse momento, que Machado permanece moderno justamente por não pertencer à fase romântica ou à realista, mas à literatura em si.

Por um viés analítico, Maria Aparecida Junqueira nos mostra um olhar que parte de dentro de *Iaiá Garcia* para fora, mostrando como os contemporâneos analisam o romance com aspectos concisos e que, apesar de reconhecerem o romantismo e o realismo em Machado de Assis, não os consideram como se eles fossem um divisor de águas, mas características que, unidas, demonstram o projeto literário do escritor que se revelou original, moderno e único, daí seu reconhecimento até os dias de hoje, sempre trazendo estudos que não se acabam.

Em se tratando da crítica literária atual no que se refere a *Iaiá Garcia*, selecionamos um artigo científico e duas dissertações, publicados entre 2008 e 2012. Em *A literatura na imprensa: uma análise de Iaiá Garcia no jornal O Cruzeiro* (2008), Daniela Maria Megid trabalha a história social da cultura, com a intenção de mostrar a historicização da literatura. Para analisar o romance de Machado de Assis, a crítica relacionou o texto literário a seu meio de produção, portanto, o folhetim *Iaiá Garcia* e o jornal *O Cruzeiro*, selecionando o período

de publicação do romance no periódico e analisando o que acontecia no país naquele momento. Megid compreendeu o romance como um todo inserido no jornal para analisá-lo, e não apenas o texto literário. Ela menciona Schwarz e Gledson, porém não concorda com eles no aspecto de análise, pois afirma que não levaram em consideração os fatos sócio-históricos na análise do romance. Desta maneira, foi em Sidney Chalhoub que encontrou apoio para sua argumentação, afirmando que há uma história que se explica por meio das personagens sendo a cronologia marcada detalhadamente até 1871. Um dos temas históricos mais destacados por Medig foi o paternalismo, existente no romance e muito debatido no jornal. Observa-se, neste caso, a intenção da crítica em analisar de maneira diferente o romance, no entanto, a análise de *Iaiá Garcia* não é interna nem completa, partindo sempre de análises em comparação à história.

Em “A construção do amor – uma análise do romance *Iaiá Garcia* de Machado de Assis”, dissertação de mestrado publicada em 2011, o autor Áriston Moraes Rodrigues demonstra como as personagens femininas se comportam na questão amorosa, tendo em vista as relações afetivas ligadas ao matrimônio e ao sistema de cooptação e favor vigente durante o Segundo Reinado. Enquanto *Iaiá Garcia* representa o passado e o romantismo da história no Brasil, Estela seria o futuro e o realismo, sendo que as duas personagens convergem para a construção de um amor desacreditado, que se iniciou no século XIX. A crítica, nessa dissertação, faz o caminho inverso daquele constante da obra de Megid, pois analisa o romance internamente para explicar questões externas. A partir da análise do narrador e das personagens femininas, é mostrada a questão social existente na trama, o amor romântico que se desfaz e como essas questões se refletiam na sociedade oitocentista da época, demonstrando domínio de uma análise literária consistente e por um viés analítico.

Publicada em 2012, a dissertação de mestrado mais recente que envolve o romance *Iaiá Garcia* é *Iaiá Garcia, Esaú e Jacó e Memorial de Aires*: a construção de um narrador, de Luciane da Rocha Franzoni Reinke, que tem como foco a análise do narrador de *Memorial de Aires*; para compreendê-lo, porém, revisita o romance que é objeto deste estudo para analisar o modo como a personagem Luís Garcia se comporta, uma vez que se identifica com o narrador da obra. O principal objetivo do trabalho de Reinke foi compreender se o narrador machadiano, nesses romances, é dissimulado. Observa-se neste estudo a mudança de comportamento em relação ao quarto romance publicado por Machado de Assis: não é mais considerado da primeira fase, mas necessário para se estudar o narrador de seu último

romance, logo, quando o escritor atingiu o ápice de seu domínio narrativo. Ao colocar a personagem de Luís Garcia se comportando como o próprio narrador, percebemos que *Iaiá Garcia* não é mais um mero romance de transição da fase romântica do autor para a realista, com comentários pouco críticos a seu lado, mas precisa ser relido pelos analistas, a fim de observarmos sua real contribuição aos estudos machadianos.

A partir deste recorte de análises e pesquisas sobre *Iaiá Garcia*, depreendemos que o romance ainda carece de muita pesquisa analítica e atenção por parte dos críticos literários. Apesar de termos críticos renomados que o abordaram, o foco deles não está centrado na análise interna do romance em questão, mas em outros aspectos externos que conduzem a uma análise, por vezes, superficial.

Percebemos que Lúcia Miguel Pereira, Roberto Schwarz, Daniel Piza e Daniela Maria Megid analisam o romance externamente, tendo em vista ora um viés biográfico, ora social e ora histórico, explicando-o do contexto para o enredo, e não o inverso, com diferenças de reconhecimento na crítica, sendo Pereira lembrada como a primeira biógrafa de Machado de Assis, Schwarz por seu brilhantismo na análise social, Piza criticado por alguns estudiosos e Megid, crítica recente, não muito reconhecida. Todos esses críticos literários, pertencentes a épocas diferentes, de 1936 a 2008, não analisam o texto em si, relacionando-o a outros aspectos.

Por outro lado, Massaud Moisés, Hélio de Seixas Guimarães, John Gledson, Maria Aparecida Junqueira, Áriston Moraes Rodrigues e Luciane da Rocha Franzoni Reinke, cujas críticas foram produzidas entre 1960 e 2012, fazem análises exemplares do romance, partindo de sua estrutura interna para explicar o funcionamento de narrador, personagem, crítica, história, condição social, mas sempre a partir do romance e não do contexto em que ele se insere.

Posicionamo-nos, neste trabalho, ao lado dos críticos literários logo acima mencionados, uma vez que a questão social, histórica e externa ao texto não pode ser ignorada e tem sua importância, no entanto, não se analisa o texto em si, chegando-se a classificações como romântico, realista, pior, melhor, agradável, que classificam, mas não explicam o texto, permanecendo-se na superficialidade da análise machadiana. Antonio Cândido, no prefácio de *A juventude de Machado de Assis* (2008), de Jean Michel Massa, reconhece que “‘A vida, a obra, o tempo’, intimamente trançados são o fio condutor [...] e essa trança o livrou de encarar os textos como ‘reflexos’ da época ou do autor” (p. 12). Observa-se que, inclusive em um

estudo biográfico, deve-se ter o cuidado de não explicar a obra devido às circunstâncias que o autor vive na época, mas realizar o inverso: explicar a obra e, se possível, estabelecer relações biográficas, que não são dependentes do que o autor escreve.

Outra constatação a que se chegou neste recorte crítico foi a necessidade de *Iaiá Garcia* ser mais bem analisado pela crítica, no sentido de que poucos trabalhos, antigos ou recentes, dirigem-se especificamente à análise interna do romance, marginalizando-o como se fosse apenas um reflexo do que Machado de Assis se tornou a partir de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Na realidade, o escritor sempre apresentou os mesmos traços, aprimorando-se com o passar do tempo, logo, em *Iaiá Garcia*, o narrador que manipula o leitor, irônico, cínico, bem como personagens desiludidas em relação ao amor e às pessoas, já existem, apenas aparecem de maneira inusitada em seus romances posteriores. Em *Helena*, o escritor escreveu a última advertência dos chamados romances da primeira fase, pedindo ao leitor que não julgue a obra pelo aspecto romanesco, afirmando que “cada obra pertence ao seu tempo”. Apesar de não se posicionar em *Iaiá Garcia*, que não apresenta advertência, podemos inferir que o escritor e crítico literário nos queria ensinar a analisar a obra em si, como ele mesmo sugeriu naquela Advertência e em seu *Instinto de Nacionalidade*.

Referências

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *Iaiá Garcia*. In: COUTINHO, Afrânio (Org.). *Obra Completa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2015. Vol. I, p. 487-595.

_____. Notícia da atual literatura brasileira: Instinto de nacionalidade. In: COUTINHO, Afrânio (Org.). *Obra Completa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2015. Vol. I, p. 801-809.

GLEDSON, John. *Por um novo Machado de Assis: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GUIMARÃES, Hélio de Seixas. *Os Leitores de Machado de Assis: o romance machadiano e o público de literatura no século XIX*. São Paulo: Nankim Editorial: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

JUNQUEIRA, Maria Aparecida. Projeto Estético-Literário Machadiano: uma visão preliminar. In: MARIANO, Ana Salles; OLIVEIRA, Maria Rosa. *Recortes Machadianos*. 2. ed. São Paulo: Nankin: EDUSP: EDUC, 2008. Cap. XI, p. 153-182.

MASSA, Jean Michel. *A Juventude de Machado de Assis*. 2. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2008.

MEGID, Daniele Maria. A literatura na imprensa: uma análise de *Iaiá Garcia* no jornal *O Cruzeiro*. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: Poder, Violência e Exclusão, 19.,

2008, São Paulo. *Anais...* São Paulo, ANPUH/SP-USP, 8 a 12 set. 2008. Cd-Rom. Disponível em:

<<http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XIX/PDF/Paineis/Daniele%20Maria%20Megid.pdf>>. Acesso em: maio 2016.

MOISÉS, Massaud. *Helena e Iaiá Garcia*. 4. ed. São Paulo: Cultrix, 1964.

PEREIRA, Lúcia Miguel. *Machado de Assis: estudo crítico e biográfico*. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946.

PIZA, Daniel. *Machado de Assis: um gênio brasileiro*. 3. ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008.

REINKE, Luciane da Rocha Franzoni. *Iaiá Garcia, Esaú e Jacó e Memorial de Aires: a construção de um narrador*. Dissertação de mestrado. Porto Alegre. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012. Disponível em:

<<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/56042/000858449.pdf?sequence=1>>. Acesso em: maio 2016.

RODRIGUES, Áriston Moraes. *A construção do amor – uma análise do romance Iaiá Garcia de Machado de Assis*. Dissertação de mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. 6. ed. São Paulo: Duas cidades: Editora 34, 2012.

A FORÇA DA TRADUÇÃO E SUA INFLUÊNCIA NO BRASIL COLÔNIA

Bruno Pereira dos Santos¹

Resumo

Neste trabalho queremos refletir sobre as traduções do Pe. José de Anchieta durante seu trabalho de catequização dos índios na época do Brasil Colônia. Faremos, de forma concisa, uma abordagem histórica que tenha como cerne a tradução literária, sua força e influência na formação da cultura brasileira, considerando que alguns conceitos perduram até hoje. Uma das prioridades da Companhia de Jesus, a que o Pe. Anchieta pertencia, era justamente ultrapassar a fronteira e conquistar pela catequese povos não cristãos; para isso, era necessário um grande trabalho de tradução e imersão nas mais diversas culturas. Os trabalhos de tradução realizados por Anchieta atravessaram época por sua força e influenciaram a cultura brasileira. É exatamente essa força e influência que descreveremos nas páginas deste trabalho.

Palavras chave: José de Anchieta. Tradução. Mecenato. Tupi. Catequese.

Abstract

In this essay we want to reflect on the translations of Father José de Anchieta from his work of catechesis among some Native Americans groups during the Portuguese colonization of Brazil. We will present, in a concise way, a historical approach whose core is the literary translation, its strength and influence in the formation of the Brazilian culture, from which some concepts persist until today. One of the priorities of the Society of Jesus, which Father Anchieta belonged to, was precisely to cross frontiers and conquer non-Christian peoples through catechism, for which a great deal of translation and immersion in the most diverse cultures were necessary. The works of translation written by Anchieta crossed the centuries by their force and influenced Brazilian culture. It is precisely this force and influence that we will describe in the pages of this essay.

Keywords: José de Anchieta. Translation. Patronage. Tupi. Catechesis.

Introdução

Neste artigo apresentamos uma reflexão sobre as traduções do Pe. José de Anchieta, realizadas durante sua atuação na catequese dos índios, no início da colonização do território brasileiro. De forma concisa, faremos uma abordagem histórica que terá como cerne a tradução literária, sua força e influência na formação da cultura brasileira, levando em conta a permanência de alguns conceitos até a atualidade.

Não se trata de um trabalho de cunho religioso, mas por se tratar da obra de tradução de um padre jesuíta, abordaremos seu processo evangelizador, como a Companhia de Jesus – fundada por Santo Inácio de Loyola em 1534 – da qual Anchieta fazia parte.

¹ Mestre em Literatura e Crítica Literária (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). Licenciado em Letras (Universidade de Sorocaba). Contato: brunoprof@hotmail.com.

Uma das prioridades da Companhia era justamente ultrapassar a fronteira e conquistar pela catequese povos não cristãos; para isso, era necessário um grande trabalho de tradução e imersão nas mais diversas culturas. Esses homens tiveram grande relevância para Portugal e seu processo ultramarino de conquistar o chamado Novo Mundo. Nossos colonizadores queriam, e de fato provocaram, um deslocamento do império (poder) e do saber, conhecido como *translatio imperii et studii*, movimentando o poder de leste para oeste.

Para a realização dessa *translatio* (transferência), os jesuítas se inseriam na cultura e realidade das sociedades indígenas, usando estratégias que pertenciam à ordem religiosa, sendo uma delas a tradução.

O método de tradução não era a tradução literal, uma vez que há grande diferença entre a cultura indígena e o cristianismo europeu. Era preciso utilizar um método que garantisse uma adequação profunda, que respeitasse o modo de pensar do nativo, cuja visão politeísta era muito diferente da do cristão monoteísta.

O grande trabalho de Anchieta a respeito da tradução, entre outros, foi de traduzir conceitos de sua língua para o tupi, língua falada pelos nativos e muito distante do português. A língua, os costumes e a religiosidade eram totalmente distintos, haveria então um processo de *translatio* que se apoiava na tradução de conceitos cristãos para a realidade do índio brasileiro.

Os trabalhos de tradução realizados por Anchieta atravessaram época por sua força e influência na cultura brasileira. É exatamente essa força e influência que descreveremos nas páginas deste trabalho.

Os indígenas e os europeus

Padre José de Anchieta era pertencente à Companhia de Jesus (Jesuítas), ordem religiosa fundada em 1534 por Inácio de Loyola. Seu objetivo principal era difundir a fé católica. Durante o século XVI, foi uma das principais ordens a combater o protestantismo de Lutero. Era uma ordem que tentava atrair fiéis Para o tradutor Paulo Edson², em *Catolicismo Indígena*: Como as traduções feitas por José de Anchieta para o tupi moldaram o cristianismo do Brasil Colônia (2010), “como a Igreja Católica estava sofrendo perdas consideráveis

² Paulo Edson é professor de Literatura Inglesa da Universidade de Sorocaba.

devido à Reforma Protestante, ela autorizava e avalizava o rei de Portugal a ter em seus navios homens que propagassem a fé em terras distantes” (p. 47).

No trabalho de propagação da fé, os homens da Companhia chegavam a lugares distantes e com culturas diferentes da europeia, nos quais realizavam um trabalho evangelizador, para o qual era preciso adentrar na cultura do povo a ser catequizado. A língua não podia ser um obstáculo, e era preciso aprendê-la para o evangelizador se comunicar e transpor conceitos para a nova cultura.

No livro *Dialética da Colonização* (1992), Alfredo Bosi descreve o trabalho de Anchieta e o reconhece como o mais importante jesuíta do Brasil no século XVI. Para Bosi, “o projeto de transpor a mensagem católica para a fala do índio demandava um esforço para penetrar no imaginário do outro” (p. 65).

Para que o trabalho de Anchieta alcançasse seu objetivo, era necessária, conforme Edson (2010, p. 101), “a imersão na cultura indígena para que, a partir dos elementos culturais detectados, fosse possível estabelecer os alicerces para a pregação”. Dentre esses elementos estava a língua dos nativos, o tupi.

Para Anchieta, a língua não foi e não podia ser dificuldade. O apostolado não o impediu de cultivar sua pesquisa no âmbito das letras. Ele falava português, castelhano, latim e aprendeu o tupi, para propagar a voz da Igreja. Edson aponta que:

A utilização do tupi para veicular a mensagem católica antecipou em alguns séculos o conceito contido no discurso de 1965 do papa Paulo VI destinado a tradutores, no qual ele afirmava que as línguas vernáculas haviam-se tornado *vox Ecclesiae*, ou seja, a voz da Igreja. (2010, p. 102).

Era preciso penetrar na cultura indígena para poder entender como o índio pensava e o que tinha como crença. Para Edson (2010, p. 37), “A estrutura religiosa dos índios, segundo Vitória, indicava, apesar de estarem longe da verdade, ao menos consciência do tipo de verdade a ser seguida”. Edson refere-se a Francisco de Vitória, que, ao lado de Juan Ginés de Sepulveda e Bartolomé de Las Casas, discutiu intensamente o modo como os espanhóis deveriam tratar os nativos.

Os jesuítas seguiam alguns procedimentos dos franciscanos ao catequizar os astecas. Era necessária uma conversão ao modo de vida do povo:

Para tal, adotaram o modo de vida do indígena e rapidamente adquiriram os mecanismos da cultura asteca: aprenderam *náuatle* e outras línguas nativas da região para que fossem possíveis a tradução dos textos católicos e a elaboração da gramática dessas línguas. (EDSON, 2010, p. 20).

Quando os jesuítas vieram para o Brasil não foi diferente; somente seria possível um contato com o nativo pelo aprendizado de sua língua e compreensão de seus costumes. A tradução da língua e dos conceitos tinha que ocorrer de maneira efetiva para que a mensagem fosse aceita. “Tanto os jesuítas como os franciscanos nas Américas visualizavam a realização de uma convergência cultural por meio da tradução e da equivalência” (EDSON, 2010, p. 21).

Ao aprender a língua do povo nativo, era possível compreender como eles pensavam e manifestavam suas crenças e costumes. Desta forma, os jesuítas podiam inserir na cultura indígena a ideologia do europeu cristão. A tradução foi o canal que estabeleceu grande trânsito nas relações interculturais entre colonizadores e colonizados, apesar de ser uma relação de poder da Coroa portuguesa.

Reconhecemos que as traduções de Anchieta são produtos decorrentes do fenômeno literário, que constroem o conhecimento no âmbito cultural indígena e europeu. Segundo o teórico dos estudos de tradução André Lefevere: “O que a literatura se propõe a fazer é a descrição da experiência nas suas dimensões pessoais e sociais; ao fazê-lo, esta recebe e compartilha conhecimento” (LEFEVERE, 1977, p. 51-52, apud VIEIRA, 1996, p. 140).

Os trabalhos de aquisição e tradução de Anchieta lembram a ideia de polissistemas do teórico israelense Even-Zohar, que estabelece relação entre língua e literatura no âmbito sociocultural. Ao catequizar os índios, Anchieta estuda sua cultura e forma de vida, e a vê não como produto, mas como um conjunto de ações dentro de vários sistemas integrados.

A mensagem dos jesuítas europeus aos nativos tinha que ser significativa, o que seria possível por sua veiculação na língua dos nativos. Ao aprendê-la, os jesuítas (europeus) transportavam conceitos, ideologias e cultura para o Novo Mundo. Deveria haver nessa relação a troca de culturas entre os indígenas e europeus, com aporte da tradução. Para Carvalhal, em *A tradução literária* (1993), “as traduções constituem um setor importante das trocas culturais” (p.50). Porém, essa troca era bem desigual, prevalecendo o poder da Coroa.

Como se sabe, houve grande choque de cultura entre os nativos e os europeus, tanto quanto à concepção religiosa como em relação ao exercício de poder, pois para os portugueses os índios estavam submissos a eles. Os europeus objetivavam conquistá-los de forma “pacífica” para civilizá-los, desconsiderando que o nativo já era um ser socializado. Conforme relata Edson,

Vitória justificava seu pressuposto apontando várias peculiaridades da cultura indígena que indicavam vestígios de civilidade, tais como moradias, suas

habilidades de imitação e especulativa, suas disputas, festas, cerimônias e a necessidade de manipularem seu espaço social. (2010, p. 37).

O simples fato de os europeus não considerarem os indígenas um povo civilizado já mostrava sua postura de superioridade em relação aos nativos. O europeu almejava a conquista da terra e de seus produtos, visava o poder político e econômico, desconsiderando o contexto cultural do nativo. No pensamento do europeu havia um ideário colonizador, enquanto para o índio havia apenas a relação de troca cultural.

Os europeus, em um primeiro momento, não declaram guerra contra o índio, mas sorrateiramente abalaram suas estruturas culturais, o que pode se igualar a uma guerra no sentido de destruição. A tradução é a ponte que conecta a proposta de construção à ação destruidora na história do indígena brasileiro.

Anchieta e o tupi

José de Anchieta mergulhou na cultura indígena para entender o que os nativos pensavam, e, desta forma, aprendeu a língua tupi. Seu empenho foi tão grande que não só aprendeu como também foi ele quem escreveu a primeira gramática do tupi, com o título *Arte de Gramática da Língua mais Usada na Costa do Brasil* – que teve sua primeira versão em 1555. Ao compreender a estrutura da língua tupi, os jesuítas poderiam se aproximar mais dos índios.

O contato de Anchieta com o tupi se deu logo no início da sua chegada ao Brasil, em 1553. Em dois anos, “por meio da convivência com os indígenas do planalto pôde adquirir proficiência em tupi” (EDSON, 2010, p. 103). Isso mostra a intensa convivência dele com os índios, como um tradutor que mergulhou na cultura receptora para melhor entendê-la.

Ao formular a gramática do tupi, Anchieta tirou a língua de sua condição ágrafa para torná-la acessível aos outros missionários e para que ela não se perdesse com os falantes. Esse registro histórico permitiu que a língua se perpetuasse na cultura brasileira (como língua escrita). Podemos reconhecer em seu trabalho a valorização da cultura indígena no Brasil Colônia que, infelizmente, foi se perdendo ao longo dos anos.

Anchieta registrou e pôs à disposição para o futuro a língua e a cultura indígenas, de forma semelhante a outros missionários em outras partes do mundo: “Os primeiros missionários a chegar aos Camarões fizeram muito para estimular o desenvolvimento da literatura em sua forma escrita” (DELISLE; WOODSWORTH, 1998, p. 106). Pela forma

escrita do tupi, Anchieta e outros passaram a ter a oportunidade de traduzir e criar obras que pudessem ser entendidas para além do território nacional.

A tradução tem sua importância porque por meio dela se estabelece uma relação intercultural. Acreditamos que sem ela haveria um choque de culturas. As traduções de Anchieta estabeleceram esse diálogo com o nativo, a despeito do espírito europeu de dominação. A tradução materializa uma ponte entre um povo e outro, apesar das diferenças de propósitos e interesses; como lembra o poeta mexicano Octavio Paz, “graças à tradução, nos inteiramos e de que nossos vizinhos falam e pensam de um modo distinto do nosso” (2009, p. 1).

Pela tradução, dá-se o caminho para chegar até o outro e com ele estabelecer trocas culturais e materiais que invariavelmente alteram ambos os lados. Novamente nas palavras de Paz, “a tradução implica uma transformação” (2009, p. 1).

É importante ressaltar que na época do Brasil Colônia, havia vários povos indígenas espalhados pelo território. Melatti, em *Índios do Brasil*, lembra que “Suas línguas eram numerosas. Orientavam sua existência conforme as mais diferentes maneiras de conceber o homem e o universo” (2007, p. 17).

Anchieta concentrou sua missão na costa brasileira, onde estava a maior parte dos índios de língua tupi, chamados de tupinambás, “etnônimo utilizado para designar os grupos tupis habitantes na costa brasileira que compartilhavam a mesma língua e a mesma cultura” (SANTOS, 2007, p. 74). Apesar de ser um território extenso, Anchieta percorria a pé todo litoral onde habitavam os tupinambás, região entre os atuais estados de São Paulo e Maranhão. Como tradutor, ele não deixava passar despercebido nada que fosse diferente no tupi de uma região para outra.

Anchieta estava atento às variantes dialetais da costa brasileira, como nos mostra Edson em: “na folha 1b da Gramática ele ressalta que o verbo ‘açopotar’, falado nos campos de Piratininga, é pronunciado ‘açotopá’ em São Vicente. Referências semelhantes são encontradas ao longo de toda a obra” (2010, p. 103).

Há nesse trabalho de tradução de Anchieta do português para o tupi uma lacuna relativa ao receptor da obra. Ele traduzia para evangelizar os índios da costa brasileira, com o objetivo de conquistá-los para o catolicismo e afastá-los da Reforma Protestante, porém, até sua chegada ao Brasil, o tupi era uma língua ágrafa, os índios falavam, mas não sabiam ler. O que

ele escrevia, portanto, não era para ser lido pelos índios, mas seria um material no qual os missionários se apoiariam no entendimento dos costumes e da língua.

Se os índios não sabiam ler, como seriam catequizados? Para Amorim “cada leitor cria imagens mentais sobre a obra que lê” (2013, p. 19). Os nativos não tinham essa possibilidade, pois a leitura não fazia parte da sua cultura. Então os trabalhos de Anchieta na tradução tupi eram destinados aos novos missionários que viriam ao Brasil.

O trabalho de tradução de Anchieta foi de grande importância porque ele não foi um tradutor distante da cultura receptora, mas viveu nela para entender a língua e suas variantes.

O tradutor sabe sempre de onde irá iniciar seu fazer criativo, ao qual acresce também outras referências: “a tradução sabe sempre onde deve iniciar, isto é, pela leitura do texto que escolheu transpor” (CARVALHAL, 1993, p. 47). Essa afirmação pressupõe um texto já criado, que, ao ser traduzido, será recriado pela visão do tradutor. No caso de Anchieta, não havia um texto de partida pronto para ser traduzido, o que torna seu trabalho ainda mais brilhante como tradutor. Neste sentido, ele não apenas recriava, mas no ato de traduzir também criava a escrita em língua tupi.

Nesse ato duplamente criador, ele escreveu obras literárias em tupi que continham ideologia missionária e qualidade artística, a chamada literatura jesuítica. Para Robinson (1997, p. 43), “A tradução cultural em etnografia é o processo [...] não de traduzir textos culturais específicos, mas de consolidar uma grande variedade de discursos culturais em um texto”.

Na tentativa de introduzir o discurso cristão ao nativo, Anchieta buscou na cultura indígena correspondentes para as duas línguas (português e tupi). O conceito de Deus em português não poderia ser o mesmo em tupi, já que os índios tinham uma cultura politeísta, conforme exemplifica Edson (2010, p. 149):

Segundo os Apapocovas, *Nhandervuçu* (Nosso Grande Pai) é a entidade mitológica mais importante. Ele é responsável pela criação da Terra e da água. Juntamente com *Nhanderu Mbaecuaá*, criam a primeira mulher, chamada *Nhandecy* (Nossa mãe) que se torna esposa de ambos e mãe de dois outros seres mitológicos, os gêmeos *Ñanderyquéy* e *Tyvýry* que serão responsáveis pela criação de outros diversos elementos terrenos.

Outro filho surge de *Nhandervuçu* e *Nhandecy*, o caçula *Tupã*, que era o trovão. Na tradução jesuítica, *Tupã* é equivalente ao Deus cristão, porque as duas entidades compartilham a superioridade e a habitação no céu. Para os índios, diferentemente dos cristãos, não havia bem ou mal entre as divindades, mas houve a necessidade de traduzir para

o índio tais conceitos. Se a associação com Tupã foi a forma que os jesuítas encontraram de traduzir Deus para os nativos, era preciso haver um ser do mal que se opusesse a Ele. Conforme relata Edson (2010), a entidade selecionada como demônio da literatura jesuítica foi *Anhanga*, apesar de não ser do mal, pois era protetor dos animais e da floresta, mas os índios tinham medo dele.

Os conceitos de bem e mal, Deus e diabo, advindos do cristianismo europeu, formaram e moldaram o Brasil cristão de hoje. O trabalho missionário dos jesuítas influenciou a concepção religiosa ainda existente no Brasil, e a tradução, como uma força, estabeleceu a relação entre uma cultura e outra.

Como os índios faziam encenações para cada época e para as entidades superiores e não sabiam ler, Anchieta recorreu ao teatro e à poesia para catequizar; nessas obras havia representações do bem e do mal, figuras até então desconhecidos pelos nativos.

As obras eram adaptadas para a realidade do nativo, com a intenção de disseminar o discurso cristão. Desta forma, vemos que Anchieta trabalhou as palavras como um jogo que exerce influência através das refrações, apontadas por Lefevere em *Tradução, reescrita e manipulação da fama literária* (2007). A refração pode influenciar um sujeito na cultura e na realidade de outros; com o olhar de tradutor, Anchieta refrata – reescreve – a realidade dos indígenas, estabelecendo com eles um jogo no qual acabam entrando. Essa refração não parte de um texto para a realidade, mas da realidade para o texto/obras.

Além de o catequizador entender e traduzir tupi, ele vai lançar mão de linguagens universais, inclusive colocando em uso a língua recém-apropriada, conforme explica Toledo (2004, p. 17):

O ponto de encontro na comunicação entre esses dois mundos estaria, justamente, no que havia de comum na expressão de ambos, a música, a dança e, posteriormente, o teatro. Ou seja, para se aproximar do índio, o jesuíta utilizou-se das formas universais de comunicação.

Desse ângulo, podemos refletir sobre alguns trechos dos trabalhos de Anchieta, expostos e comentados a seguir, transcritos da obra *Diálogos da fé*, do Pe. Anchieta, publicada em 1988 com introdução e notas do Pe. Armando Cardoso.

Confissão e Comunhão

Abá abépe aipó Tupã ñeénga oiaby?

Pajé rerobiasára.

Quem mais quebra o Mandamento de Deus?

Quem crê nos feiticeiros.

Logo no primeiro mandamento, temos um ataque à cultura do nativo, já que o pajé é um feiticeiro. Trechos de algumas obras:

Poesia

Tupansy porangeté, (a)

oropáb oromanómo (b)

ore moingobé jepé (a)

nde menbýra moñyrómo (a)

inongatuábo; (c)

oré rarómo (b)

oré ánga pysyrómo (b)

Mãe de Deus muito formosa,
conforta-nos
na nossa morte,
fazendo manso teu filho
e compassivo
defende-nos
salva nossa alma.

Sobre a escrita de teatro, até o momento há conhecimento de oito peças de Anchieta: Auto da Festa de Natal, Na festa de São Lourenço (1587), Excerto do Auto de São Sebastião (sem data), Na Aldeia de Guaraparim (1585), Recebimento que fizeram os índios de Guaraparim ao Pe. Marçal Beliarte (1589) Dia da Assunção, quando levaram sua imagem a Reritiba (1590), Recebimento do Administrador apostólico Pe. Bartolomeu Simões Pereira (1591) e Recebimento do Pe. Marcos da Costa (1596).

Depois de fundar São Paulo, José de Anchieta encenou a primeira peça da cidade, Pregação Universal (1561), em 1567, uma peça trilingue: tupi, espanhol e português. Tinha

como personagens Adão, demônios e a perdição humana; o cenário era um presépio. Segue-se a transcrição de um trecho do segundo ato:

Guaixará

Esta virtude estrangeira
Me irrita sobremaneira.
Quem a teria trazido,
com seus hábitos polidos
estragando a terra inteira?
Só eu
permaneço nesta aldeia
como chefe guardião.
Minha lei é a inspiração
que lhe dou, daqui vou longe
visitar outro torrão.
Quem é forte como eu?
Como eu, conceituado?
Sou diabo bem assado.
A fama me precedeu;
Guaixará sou chamado.

Diálogo do demônio com Guaixará:

Ndiapysýkixópemo serobiasára
opyápe ñóte serobiámo?
O mba'e, n' ipó, asé
opy' a pupés~aúsub~i
Não basta que o crente
cresse somente em seu coração?
Suas próprias coisas, na verdade,
a gente ama em seu coração.

A expressão *opy' a*, no segundo trecho, em seu sentido literal, designa o fígado na cultura tupi, órgão responsável pelos sentimentos; na tradução é adaptado para coração. As peças de Anchieta eram encenadas nos pátios das igrejas.

Quadro 1 – Tradução assimiladora de Anchieta em Diálogo da Fé

Termo utilizado por Anchieta	Tradução literal	Equivalente em português
Añanga ratá	fogo de Anhangá	inferno
Karaibebé	feiticeiro voador	anjo
Tupã ókupe	na casa de Tupã	na igreja
Ñemongaraiba	ficar enfeitizado	batismo
Tupã ñeénga	fala de Deus	mandamento
Jekuakúbusú	grande jejum	quaresma
Ykaraíba	líquido enfeitizado	água benta
Kauîajasy	cauim azedo	vinagre

Fonte: Adaptado de Edson (2010, p. 203-204).

Apesar de todo o esforço e trabalho de tradução de Anchieta para aprender e preservar a língua tupi, em 1758, o Marquês de Pombal³ proibiu o ensino da língua nas escolas. A língua portuguesa passou então a ser a mais falada no Brasil. O tupi é considerado uma língua morta atualmente no Brasil, desta forma vemos claramente a dominação da Coroa sobre os nativos, que até hoje lutam para preservar sua cultura.

Anchieta e o sistema de mecenato segundo Lefevere

Conquistar o nativo, para o colonizador, era estratégia de dominação; seu objetivo era tomar e dominar a terra para transferir seu poder. Havia, conforme Edson (2010, p. 157), “desejo extremo dos colonizadores em terem os indígenas como mão-de-obra (dominação física) e pelo esforço colossal dos jesuítas em converterem as almas ao Cristianismo (a dominação simbólica)”. Neste aspecto, a Gramática de Anchieta era uma ferramenta de conquista religiosa e política.

³ Sebastião José de Carvalho foi um diplomata português e Secretário de Estado de Portugal no reinado de D. José I (1750-1777).

Em 1524, o Papa Leão X, pela bula Praeclarae devotiones, dava à Coroa portuguesa autorização para administração e organização da Igreja na colônia, que não tinha subordinação a Roma. As missões dos jesuítas estavam sujeitas ao poder da Coroa portuguesa, havendo interesses ideológicos e políticos da monarquia portuguesa, controladora dos missionários.

O padroado controlava o número de missionários no Brasil, sendo que entre 1549 e 1580 somente os jesuítas, indicados pela Coroa, tiveram autorização para atuarem [...] o padroado também que determinava a estratégia geográfica de fundação de colégios e conventos (EDSON, 2010, p. 162; destaques nossos).

A Coroa financiava a construção de igrejas, mas as atividades realizadas deviam ser informadas à Coroa por meio escrito. Havia então um patronato ideológico do clero e da Coroa. No sistema de mecenato, há a carga ideológica na tradução de conceitos que podem ser transmitidos, estabelecendo-se limite na reescrita. Os jesuítas certamente não podiam escrever ou traduzir para o tupi alguma ideia que fosse contra a Coroa.

Para a Coroa, era de extrema importância a missão dos jesuítas, mas com interesses diversos. Transmitir os conceitos do cristianismo para os nativos era um modo de alinhá-los ao pensamento português e, por isso, os missionários recebiam ajuda do império. Edson esclarece essa estratégia colonizadora:

Perante a monarquia portuguesa, a evangelização era atividade primordial no processo colonizador, a via por onde o transplante do modus vivendi português ocorria, em que cristianização equivalia a “aportuguesamento” (2010, p. 160).

Para que a missão acontecesse, era preciso que ocorresse dentro da ideologia dos colonizadores. Para os jesuítas, era de certa forma um engessamento de seu trabalho; eles estavam controlados pela Coroa, o que caracteriza o mecenato. O poder financiava e controlava as atividades de escrita, que veiculava a ideologia cristã e política.

O controle ideológico levava a entender que o processo de colonização poderia ser justo e necessário, porém ele feria a cultura indígena, colocando-a de lado e enaltecendo a europeia. Era, assim, um controle de patronato, que os missionários se submetiam para realizar suas missões no Novo Mundo; estavam dentro de limites, eram controlados, conforme explica Lefevere (2007, p. 39): “A aceitação do mecenato implica, portanto, que escritores ou reescretores trabalhem dentro dos parâmetros estabelecidos por seus mecenas e que eles estejam dispostos a autenticar e sejam capazes de legitimar tanto o status quanto o poder de seus mecenas [...]” Este ponto dialoga com a afirmação de Edson (2010, p. 161): “Outro

aspecto que devemos ressaltar é que os colégios dos jesuítas no Brasil, financiados pela Coroa portuguesa a partir da segunda metade do século XVI, são as principais referências de cultura na colônia e pólos de formação educacional”. O que se ensinava estava de acordo com a Coroa e era controlado por ela; logo, quem ensinava estava pressionado pela ideologia do poder de Portugal.

Os trabalhos de tradução de Anchieta estavam limitados pela Coroa; os jesuítas podiam realizar seus trabalhos, mas com certo tipo de controle. A esse tipo de poder que impõe limite, Lefevere denomina “régua com a qual a produção corrente é medida” (2007, p. 40). A régua que media a produção de Anchieta era o padroado régio do Brasil colonial que, em Lefevere, é chamado de patronato literário, independentemente da denominação de ambas as dominações. Edson explica (2010, p. 162):

[...] em termos de reflexão à produção literária de Anchieta: toda a sua obra foi moldada nos contornos do projeto colonizador, no qual a Igreja e Estado tinham o mesmo objetivo: o de fazer com que os homens da terra fossem incorporados ao sistema religioso e, por consequência, aos sistemas social e econômico europeus.

Desta forma, podemos entender que a missão (religiosa) e política (colonizadora) estavam entrelaçadas: os objetivos eram semelhantes, orbitados na conquista do outro. Mas na medida em que este outro é conquistado, é também dominado; a tradução funcionava entre este laço cultural, que nada mais foi do que um jogo de poder, que moldou o Brasil na época colonial. Os objetivos, embora diferentes, convergiam: um queria conquistar as almas; o outro, escravos, riquezas, a própria terra, para a propagação do reino. Com a colonização, os portugueses ganharam e os nativos perderam e ganharam, mas cremos que os nativos sofreram perdas irreparáveis.

Conclusão

A análise dos trabalhos do Pe. José de Anchieta evidencia que a tradução teve papel fundamental para a conquista do nativo. Essa conquista foi motivada pelos interesses ideológicos da Coroa portuguesa, que pretendia civilizar um povo considerado não civilizado.

Esse processo deixou de lado a cultura e a língua do índio, que não tinha consciência da cobiça do homem branco europeu. Apesar disso, o trabalho de tradução de Anchieta, ao que tudo indica, foi uma forma vital de preservar a língua tupi e com ela a cultura indígena brasileira, em particular dos povos que viviam na região costeira.

Se, por um lado, houve a preocupação por parte dos jesuítas de valorizar a língua tupi, por outro não se deu tanto valor à língua falada pelos índios, a qual foi banida do ensino por Marquês de Pombal, provocando a desvalorização de toda a cultura nativa do território brasileiro.

Referências

- AMORIM, Marcel Álvaro de. Da tradução intersemiótica à teoria da adaptação intercultural: estado da arte e perspectivas futuras. *Itinerários*, Araraquara, UNESP, n. 36, p. 15-33, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/itinerarios/article/view/5652>>. Acesso em: 20 abr. 2016.
- ANCHIETA, Pe. José de. *Diálogos da fé*. Introdução histórico-literária e notas do Pe. Armando Cardoso, S. J. São Paulo: Loyola, 1988.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.
- CARVALHAL, Tania Franco. A tradução literária. *Organon*. Revista do Instituto de Letras da UFRGS, Porto Alegre, v. 7, n. 20, p. 47-52, 1993. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/39381/25174>>. Acesso em: 19 abr. 2016.
- DELISLE, Jean; WOODSWORTH, Judith. *Os Tradutores na História*. São Paulo, Ática, 1998.
- EDSON, Paulo. *Catolicismo Indígena: Como as traduções feitas por José de Anchieta para o tupi moldaram o cristianismo do Brasil Colônia*. Jundiaí: Paco Editorial, 2010.
- LEFEVERE, André. *Tradução, reescrita e manipulação da fama literária*. Trad. Claudia Matos Seligmann. Bauru: Edusc, 2007.
- MELATTI, Julio Cezar. *Índios do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.
- PAZ, Octavio. *Tradução: literatura e literalidade*. Tradução Doralice Alves de Queiroz. Belo Horizonte, FALE/UFMG, 2009. Disponível em: <<http://150.164.100.248/vivavoz/data1/arquivos/traducao2ed-site.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2016.
- ROBINSON, Douglas. *Translation and Empire: Postcolonial Theories Explained*. University of Michigan: St. Jerome Publishing, 1997.
- SANTOS, Breno Machado dos. Missões e Colégios: os jesuítas no Brasil no final do século XVI. *Sacrilegens*, Juiz de Fora, UFJF, v. 4, n. 1, p. 64-84, 2007. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/sacrilegens/files/2009/06/4-6.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2016.

TOLEDO, Leonardo Ramos de. *O riso no teatro brasileiro*. Monografia (Graduação em Jornalismo). Faculdade de Comunicação Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2. sem. 2004. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/facom/files/2013/04/LToledo.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2016.

VIEIRA, Else Ribeiro Pires. André Lefevere: A teoria das refrações e da tradução como reescrita. In: _____ (Org.). *Teorizando e Contextualizando a Tradução*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG. Curso de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, 1996. p. 105-150.